

UNIVERSIDADE TIRADENTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E AMBIENTE

**UM OLHAR SOBRE OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
TERRITÓRIO DA GRANDE ARACAJU, SERGIPE**

PRISCILA CARDOSO DOS SANTOS

Aracaju
Fevereiro – 2017

UNIVERSIDADE TIRADENTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E AMBIENTE

**UM OLHAR SOBRE OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO
TERRITÓRIO DA GRANDE ARACAJU, SERGIPE**

Trabalho apresentado para a Defesa de
Dissertação, submetido à banca
examinadora como requisito para a obtenção
do título de Mestre em Saúde e Ambiente,
na área de concentração em Saúde e
Ambiente.

PRISCILA CARDOSO DOS SANTOS

ORIENTADORAS

Prof^a. Dr^a Marlizete Maldonado Vargas
Prof^a. Dr^a Cláudia Moura de Melo

Aracaju
Fevereiro – 2017

S237o Santos, Priscila Cardoso dos
Um olhar sobre os serviços de acolhimento institucional de
crianças e adolescentes no território da grande Aracaju, Sergipe.
/ Priscila Cardoso dos Santos ; Orientação [de] Profª. Drª.
Marlizete Maldonado Vargas , Profª. Drª. Cláudia Moura de
Melo – Aracaju: UNIT, 2017.
90 p.; il.

Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) - Universidade
Tiradentes.

Inclui bibliografia.

1. Abandono. 2. Acolhimento institucional. 3. Criança e
adolescente. I. Vargas, Marlizete Maldonado. (orient.) II. Melo,
Cláudia Moura de. (orient.) III. Universidade Tiradentes. IV.
Título.

CDU: 614.253.8-053.2(813.7)

**UM OLHAR SOBRE OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TERRITÓRIO DA GRANDE ARACAJU,
SERGIPE**

Priscila Cardoso dos Santos

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDO À BANCA EXAMINADORA PARA A
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM SAÚDE E AMBIENTE, NA ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO SAÚDE E AMBIENTE.

Aprovada por:

Marlizete Maldonado Vargas, Dr^a.
Orientadora

Claúdia de Moura Melo, Dr^a.
Orientadora

Diogo Araújo de Sousa, Dr.
Universidade Tiradentes

Rubens Riscala Madi, Dr.
Universidade Tiradentes

Aracaju
Fevereiro – 2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Gilvan Santana e Gilsete Cardoso, que sempre estiveram ao meu lado, acreditando, estimulando, investindo, chorando e comemorando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me guiado em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis.

Aos meus pais, Gilvan e Gilsete, exemplos de força, luta e perseverança, que sempre apoiaram minhas escolhas, me acalentaram nas perdas e vibraram com as minhas conquistas.

Ao meu esposo, Rannon, por compreender meu cansaço e estresse, e por sempre acreditar no meu potencial e me incentivar.

As minhas filhas, Ana Caroline e Ana Beatriz, que sofriam com a minha ausência.

Ao programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente da Universidade Tiradentes, que me proporcionou trilhar o caminho da pesquisa e da docência acadêmica.

A Professora Dr^a Marлизete Maldonado Vargas, orientadora, que acreditou e confiou em mim, e com sua humildade dividiu tantas experiências valiosas. Aqui não caberiam palavras para expressar a importância que tem para mim.

A Professora Dr^a Claudia de Moura Melo, orientadora, por todo apoio e compreensão ao longo destes dois anos.

As minhas estagiárias, Thalita Andrade e Polyana Oliveira, que foram de fundamental importância para a realização desta pesquisa.

A todos os colegas do PSA e do LPPS, que tornaram esse período mais colorido e alegre.

As Secretarias Municipais de Assistência Social da Grande Aracaju e a Coordenação de Proteção Social Especial de Aracaju pelo apoio a esta pesquisa.

As coordenadoras e equipes técnicas dos Serviços de Acolhimento Institucional da Grande Aracaju, por me receberem tão gentilmente.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS	viii
LISTA DE SIGLAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	11
1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	14
2.1 Objetivo Geral	14
2.2 Objetivos Específicos	14
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
3.1 A institucionalização como fator de risco para o desenvolvimento humano	19
3.2 O acolhimento institucional no mundo	21
3.3 O acolhimento institucional e o papel dos cuidadores	23
4 MÉTODO	25
4.1 Tipo do estudo	25
4.2 População	25
4.3 Critérios de inclusão e exclusão	26
4.4 Instrumentos e técnicas de coleta de dados	26
4.5 Análise dos dados	27
4.6 Aspectos Éticos	27
REFERÊNCIAS	28
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
5.1 Artigo 1	33
5.2 Artigo 2	52
6 CONCLUSÕES	69
APENDICE A - CARACTERÍSTICAS DA EQUIPE DA INSTITUIÇÃO	72
APÊNDICE B - PERFIL DA INSTITUIÇÃO	75
APÊNDICE C - PERFIL DOS ACOLHIDOS NA INSTITUIÇÃO E DE SUA FAMÍLIA DE ORIGEM	79
ANEXO I - COMPROVANTE DE SUBMISSÃO	84
ANEXO II - APROVAÇÃO DO CEP	85

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Informações sociodemográficas das crianças e adolescentes acolhidos nos SAI's da Grande Aracaju, Sergipe/Brasil. 2013 a 2015.	37
Tabela 2: Dados do processo de acolhimento das crianças e adolescentes acolhidos nos SAI's da Grande Aracaju, Sergipe/Brasil. 2013 a 2015.	38
Tabela 3: Características sociodemográficas e laborais dos funcionários dos SAI's da Grande Aracaju, Sergipe/Brasil. 2013 a 2015.	57
Tabela 4: Características sociodemográficas e laborais das coordenadoras dos SAI's da Grande Aracaju, Sergipe/Brasil. 2013 a 2015.	59

LISTA DE SIGLAS

AI – Acolhimento Institucional

CNAS – Conselho Nacional da Assistência Social

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PIA – Plano Individual de Atendimento

PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

SAI – Serviço de Acolhimento Institucional

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

RESUMO

O acolhimento institucional é uma modalidade excepcional e provisória de proteção à criança e ao adolescente, devendo primar pela manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários visando à reintegração familiar ou adoção. Os Serviços de Acolhimento Institucional (SAI's) podem ser divididos em duas modalidades: Casa-lar (com capacidade máxima de 10 acolhidos) e Abrigo Institucional (com capacidade máxima de 20 acolhidos). As alterações nas normas de funcionamento ocorridas nestes serviços no Brasil têm despertado o interesse em averiguar-se de que forma tais mudanças têm auxiliado na prática institucional e na promoção da saúde dos acolhidos. Este estudo identificou as características dos SAI's de crianças e adolescentes e o perfil da população (familiares e equipe) atendida nos serviços de acolhimento do território da Grande Aracaju (SE), sendo seis localizados no município de Aracaju, dois em Nossa Senhora do Socorro, e um em cada município restante - Laranjeiras, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros, Itaporanga D'Ajuda e Santo Amaro das Brotas. Por meio de levantamento documental transversal realizado a partir do prontuário individual de atendimento (PIA) das 336 crianças e adolescentes atendidos no período entre 2013 a 2015, foi possível identificar que 54,76% (184) dessa população é do sexo feminino, com predominância da cor parda 32,74% (110), na faixa etária entre 0 a 3 anos 31,55% (106), 52,68% (177) das crianças e adolescentes estavam em primeiro acolhimento. Identificou-se também que 69,05% (232) dos acolhidos apresentavam família e vínculo legal; 55,36% (186) possuíam irmãos acolhidos e apenas 17,26% (58) estavam aptos para adoção. Em relação aos dados da equipe da instituição, dos 63 funcionários entrevistados, 93,7% (59) são do sexo feminino; 49,2% (31) estão entre 25 a 35 anos; 38,1% (24) têm o ensino médio completo; 55,6% (35) não realizaram treinamento prévio para desempenhar suas funções; e 68,3% (43) não são funcionários efetivos. As coordenações dos 11 SAI's são exercidas por mulheres com nível superior e regime de trabalho de tempo integral. Os SAI's são, em grande parte, municipais e mantêm suas despesas por meio de convênios. Somente no município de Aracaju os 'Abrigos Institucionais' possuem critérios para o acolhimento, baseados no sexo e/ou idade das crianças e adolescentes. Apesar de haver estratégias de reinserção familiar desde o acolhimento, ainda existem entraves e repasses de responsabilidade entre os atores da rede do sistema de garantia de direitos e a falta de adesão dos familiares diante dos encaminhamentos realizados pela equipe dos SAI's, o que dificulta o processo de reinserção familiar.

Palavras-chave: Abandono; Acolhimento Institucional; Criança e Adolescente.

ABSTRACT

Institutional reception is an exceptional and provisional modality of protection for children and adolescents, in which it must focus on maintaining and strengthening family and community ties aimed at family reintegration or adoption. Institutional Reception Services (SAI's) can be divided into two types: Home-house (with a maximum capacity of 10 people) and Institutional Shelter (with a maximum capacity of 20 people). The changes in the operating norms that have occurred in these services in Brazil have aroused interest in ascertaining how changes have helped in institutional practice and in the promotion of the health of the host. This study identified the characteristics of the IAS of children and adolescents and the profile of the population (family members and staff) attended in all services of the Aracaju (SE) territory, totaling thirteen, six of them located in the city of Aracaju, two in Nossa Senhora do Socorro, and the other municipalities - Laranjeiras, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros, Itaporanga D'Ajuda and Santo Amaro das Brotas - with a SAI in each. However, due to lack of demand at the time of the research, the SAIs of Santo Amaro das Brotas and Itaporanga were not included in the data collection. Through the cross-sectional documentary survey of the 336 children and adolescents attended in the period between 2013 to 2015, it was possible to identify that 54.76% (184) of this population is female, with predominance of the brown color 32.74% (110) and in the age group 0 to 3 years 31.55% (106). 52.68% (177) of the children and adolescents were in the first place. It was also identified that 69.05% (232) of the host family had a legal relationship; 55.36% (186) had foster siblings and only 17.26% (58) were eligible for adoption. Regarding the data of the institution's staff, of the 63 professionals interviewed, 93.7% (59) are female; 49.2% (31) are between 25 and 35 years old; 38.1% (24) have completed high school; 55.6% (35) did not perform prior training to perform their duties; And 68.3% (43) are not actual employees. The coordination of the 11 IAS are carried out by women with a higher education level and a full-time working regime. The SAI's are largely municipal and maintain their expenses through covenants. Only in the municipality of Aracaju do 'Institutional shelters' have reception criteria based on the sex and / or age of children and adolescents. Although there are strategies of reintegration of the family since the reception, there are still obstacles in the network of the system of guarantee of rights and the lack of adhesion of the family before the referrals made by the team.

keywords: Abandonment; Institutional Care; Children and Adolescent.

1 INTRODUÇÃO

O Acolhimento Institucional (AI) é uma das nove medidas de proteção aos direitos de crianças e adolescentes que estão contidas no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990). O AI se configura como uma modalidade excepcional e provisória de proteção à criança e ao adolescente, que deve visar o retorno dos acolhidos para sua família. Para a manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) se configura como a instituição responsável pelo cumprimento desta medida e é dividido em duas modalidades: Casa-lar (com capacidade máxima de 10 acolhidos) e Abrigo Institucional (com capacidade máxima de 20 acolhidos).

O levantamento nacional de SAI's realizado por Assis e Farias (2013) apontou que havia 2.624 SAI's no país, distribuídos em 1.157 municípios das 27 unidades da federação. Os SAI's pesquisados tinham competência para acolher 52.587 crianças e estavam atendendo a 70% de sua capacidade (36.929 crianças). Com relação à distribuição destes serviços por estados, os pesquisadores verificaram que as regiões Norte e Nordeste apresentavam o menor número de SAI's, com exceção de Roraima, Acre, Amapá e Sergipe que possuíam entre 2,2 a 4,1 SAI's por 100.000 crianças/adolescentes. Não há determinação oficial da proporção de SAI por acolhido, tendo em vista que o número de acolhimentos pode ser variável e que municípios de pequeno porte (até 50.000 habitantes) são orientados a ter um SAI de gestão própria ou um consórcio com até três municípios circunvizinhos.

Em Sergipe, no ano de 2015, havia trinta e três SAI's distribuídos em seus oito territórios (treze na Grande Aracaju, oito no Sul Sergipano e dois em cada um dos demais - Médio Sertão Sergipano, Alto Sertão Sergipano, Agreste Central, Leste Sergipano, Baixo São Francisco e Centro Sul Sergipano). Do total, 14 trabalham na modalidade 'Abrigo Institucional' e 19 na modalidade Casa-lar (SEIDH, 2015).

A partir de estudos como o de Cavalcante et al. (2009), que discute questões relacionadas aos acolhidos entre 2004 a 2005 em Belém; de Cintra e Souza (2010), que realizaram o estudo a partir da pesquisa bibliográfica sobre o acolhimento no território Brasileiro; e de Salina-Brandão e Williams (2009), que trouxeram dados referentes à qualidade dos abrigos em uma cidade localizada no interior de São Paulo, nota-se que o acolhimento institucional se configura como um tema complexo e interdisciplinar, uma vez

que exige a análise acerca dos aspectos históricos, sociais, legais, culturais e psicológicos dos acolhidos e de seus familiares.

A avaliação dos SAI's e a caracterização da clientela atendida se constitui como um tema de relevância social, tanto em função do número de acolhidos e a repercussão do afastamento de suas famílias, como pela preocupação quanto ao tipo de serviços que melhor atendam às necessidades peculiares dessa população. A partir da Lei Nacional da Adoção (Lei nº 12010 de 2009), passou a vigorar a premissa do atendimento no local de origem do acolhido ou mais próximo possível, a avaliação semestral e a diminuição do número de acolhidos em cada serviço. No entanto, para o cumprimento dessas medidas, faz-se necessário a criação de outros mecanismos, ainda em estruturação, como a agilização dos processos judiciais para reintegração familiar ou adoção.

Em 2011, a fim de possibilitar a implantação dos SAI's em Sergipe, houve um mapeamento no estado que resultou na aprovação da Lei nº 7251, conhecida como Lei de Cofinanciamento Estadual (Sergipe, 2011), uma medida que proporcionou a implantação dos serviços nos municípios que se enquadravam nesta categoria. A partir de então, deu-se início ao reordenamento dos SAI's, fazendo com que os municípios aderentes passassem a acolher crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos de ambos os sexos, como preconiza o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC e a Lei Nacional de Adoção (SEIDH, 2015). Entretanto, na Grande Aracaju, a capital do estado continuou com a separação por sexo ou faixa etária até o ano de 2016, o que se contrapõe aos objetivos do reordenamento.

Diante dessa conjuntura, este estudo buscou caracterizar os Serviços de Acolhimento Institucional e o perfil da população atendida na Grande Aracaju/Sergipe.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Caracterização dos Serviços de Acolhimento Institucional (SAI's) de crianças e adolescentes, bem como da população atendida no território da Grande Aracaju / Sergipe.

2.2 Objetivos Específicos

- Estabelecer o perfil dos acolhimentos institucionais realizados no período de 2013 a 2015 nos SAI's, características de famílias dos acolhidos e motivos para aplicação da medida;
- Verificar o perfil das equipes de trabalho dos SAI's quanto formação/experiência profissional, tipo de vinculação profissional e tempo de dedicação ao Serviço;
- Identificar a adequação das medidas previstas no Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional de acordo com o PNCFC;
- Caracterizar os 11 SAI's existentes nos municípios que compõem o Território da Grande Aracaju quanto à estrutura física e equipe técnica, capacidade de atendimento e projetos de trabalho desenvolvidos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A nomenclatura 'Acolhimento Institucional' é relativamente nova, sendo utilizada a partir da vigência da Lei Nacional de Adoção (Lei nº 12.010 de 2009). Ao longo da trajetória da institucionalização no Brasil desde o período colonial, foram várias as denominações para a situação de acolhimento, como "roda dos expostos", educandários, asilos, internatos ou reformatórios (Siqueira & Dell'aglio, 2006).

Ao analisar os dados históricos sobre o início das práticas ou leis de proteção às crianças e adolescentes no Brasil, verifica-se situações contraditórias, como o descaso das autoridades competentes e o assistencialismo praticado pelas instituições que desrespeitavam os direitos dos assistidos. A cultura de institucionalização no país possuía uma ideia de controle social. Os jesuítas, por exemplo, inicialmente educavam povos nos moldes do cristianismo com o objetivo de agregar mais fiéis. Em seguida, criaram-se instituições que continuaram a usar a educação para a reclusão da população paupérrima, sendo que a maior justificativa para a entrega das crianças e adolescentes às instituições era a de "proteção". No entanto, eram nestas instituições que os considerados "protegidos" tinham seus direitos violados, ficavam à mercê da violência física e psicológica, e não eram reconhecidos como sujeitos individuais e de direitos (Rizzini & Rizzini, 2004).

Através da implantação do Código de Menores (Brasil, 1927), houve a transferência da responsabilidade das instituições para o Estado, que exerceu um "controle" onde se utilizava a força policial para "limpar" as ruas, a fim de transparecer à sociedade uma sensação de tranquilidade. Além disso, as famílias que não deixassem seus filhos sob a tutela do Estado eram punidas, podendo sofrer sanções. Dessa forma, a polícia era chamada a intervir de forma direta e automática, realizando a internação compulsória de crianças e/ou adolescentes encontradas em estado de perambulamento pelas ruas. Diante dessa situação, o tratamento da infância por parte do Estado recebeu várias críticas (Siqueira & Dell'aglio, 2006).

O próprio termo "menor" tomou dimensões estigmatizantes dentro da política de atendimento, sendo considerado uma criança vinda de família desorganizada, onde predominam os maus costumes, a prostituição, a vadiagem, a frouxidão moral. A conduta destes menores era vinculada a análises de amoralidade, falta de decoro, linguagem de baixo calão, muitas doenças, pouca instrução, trabalho nas ruas para sobreviver e companhias suspeitas (Rizzini & Rizzini, 2004).

Com o novo código de menores de 1979, o Estado se tornou isento da responsabilidade pelo sustento de crianças e adolescentes, delegando-a aos pais. A vulnerabilidade das famílias não era levada em consideração - assim, os pais que não cumprissem com seus deveres eram punidos e poderiam até perder a guarda dos filhos. Os termos “menor abandonado” e “menor infrator” foram substituídos por “menor em situação irregular”, visando a proteção e assistência aos menores de 18 anos que estivessem privados de condições socioeconômicas favoráveis (Cintra & Souza, 2010).

Até o final da década de 1980, os orfanatos ou internatos de menores, como eram conhecidas as instituições na época, funcionavam de forma semelhante aos asilos. As crianças e adolescentes passavam grande período de suas vidas reclusas nestes recintos, sem ter contato com o ambiente externo apesar de, na maioria das vezes, possuírem família. As necessidades básicas dos acolhidos eram atendidas dentro da própria instituição, bem como os serviços de educação ou saúde. Este isolamento tinha um caráter controlador e o intuito de adequar os acolhidos à sociedade da época (Baptista, 2006). É interessante o fato de que, desde 1900, já estava exposto na literatura, principalmente na jurídica, que a internação fosse a última alternativa (Rizzini & Rizzini, 2004). Esta situação é similar à que acontecia em países europeus como Portugal e Espanha, onde existia apenas a preocupação com a satisfação das necessidades básicas dos acolhidos, sendo ainda um reflexo do modelo caritativo e típico de organizações religiosas (Rodrigues et al., 2013).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Artigo 227, que versa sobre os direitos das crianças e adolescentes, assinala a peculiaridade destes sujeitos em desenvolvimento e da necessidade de atenção e proteção especial para os mesmos. Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 13 de julho de 1990, baseado no Artigo 227 da Constituição e fundamentado nas convenções internacionais de direitos humanos e nas regras de Beijing, houve uma importante mudança de paradigmas, e a situação de menores em situação irregular passou a ser tratada de forma a respeitar as necessidades dos sujeitos em situação de abandono (moral, intelectual, etc.) e que necessitavam da proteção do estado (como os adolescentes que praticam atos infracionais e cumpre medidas socioeducativas em diversos níveis, conforme a gravidade do seu ato infracional). Com isso, houve a ruptura da lógica de internação e mudança no funcionamento das instituições de acolhimento, que passaram a ter o viés de proteção,

preservação e garantia dos direitos e cidadania dos acolhidos (Cintra & Souza, 2010).

Entretanto, apesar do avanço representado pelo ECA, uma longa trajetória é necessária para alcançar as adequações necessárias. Desta forma, em 2006 foi aprovado pelos Conselhos Nacional dos Direitos da Criança e dos Adolescentes (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), que visa a valorização da instituição familiar (Brasil, 2006), tendo como objetivos a prevenção do rompimento dos vínculos familiares, a qualificação dos serviços de acolhimento e o investimento para o retorno ao convívio com a família, seja a de origem ou substituta. Assim, foram promovidos o reordenamento das instituições que ofertam o serviço de acolhimento institucional e a orientação acerca dos mecanismos de combate à violação ao direito à convivência familiar e comunitária da criança (Silva, 2004).

Nesta perspectiva, em 2009 foi sancionada a Lei nº 12.010, conhecida como Lei Nacional de Adoção (Brasil, 2009), que aperfeiçoa a sistemática do Estatuto da Criança e do Adolescente, prevendo a garantia do direito à convivência familiar de toda criança e adolescente, além de designar o termo “acolhimento institucional” em substituição a “abrigamento”. A lei também criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes em Acolhimento, o Plano Individual de Atendimento (PIA) para crianças e adolescentes acolhidos e reavaliação a cada seis meses da situação do acolhido e determinação de um prazo limite de dois anos para acolhimento, tendo em vista que o Estatuto da Criança e Adolescente não o especificava.

No decorrer do ano de 2009, foram aprovadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, que trazem os novos parâmetros que norteiam esse atendimento (CONANDA & CNAS, 2009). Conforme as Orientações Técnicas (CONANDA & CNAS, 2009), os serviços de acolhimento devem possibilitar o atendimento a grupos de irmãos ou de crianças e adolescentes com outros vínculos de parentesco, podendo ser de faixas etárias e sexos distintos; evitar especializações e atendimentos exclusivos; a instituição deve possuir aspecto semelhante ao de uma residência, assemelhando-se às demais residências da comunidade na qual estiver inserida.

Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente prever que o acolhimento institucional é uma medida excepcional e que só deve ocorrer quando a criança ou o

adolescente está em situação de risco pessoal ou social, ou seja, quando seus responsáveis não cumprem a função de cuidado e proteção, o cenário atual mostra que há situações onde esta excepcionalidade não é cumprida. Isto ocorre em circunstâncias oriundas da precariedade da renda da família e da falta de oportunidade social para o desenvolvimento humano, que são problemas inerentes a uma parcela da sociedade brasileira (Azor & Vectore, 2008; Cavalcante et al., 2009). Além disso, estudos como o de Salina-Brandão e Williams (2009), que pesquisaram dois municípios de pequeno e médio porte no estado de São Paulo para investigar a fiscalização dos abrigos de crianças e adolescentes pelos órgãos competentes; o de Siqueira e Dell'aglio (2010), realizado na Região Metropolitana de Porto Alegre para investigar as características de jovens institucionalizados e suas famílias; e o de Marques e Czarmak (2008), que buscou verificar as possibilidades de atuação da psicologia para a expansão da vida dos abrigados no Estado do Rio Grande do Sul, apresentaram críticas quanto ao atendimento às crianças e adolescentes nas instituições que ofertam o serviço de acolhimento institucional.

O Levantamento Nacional de Abrigos para crianças e adolescentes, efetuado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2003), apontou que os serviços se concentram na região sudeste; em área urbana; através de organizações não governamentais; possuem orientação religiosa, com predomínio da religião católica; não apresentam especialização no atendimento; os abrigos geralmente estão localizadas próximos a unidades de saúde e educação; os funcionários são na sua maioria mulheres; as coordenadoras possuem nível superior e os dirigentes possuem remuneração. Quanto ao perfil dos acolhidos, a maioria é do sexo masculino, negra, tem entre sete e quinze anos de idade; foi acolhida entre sete meses a cinco anos de idade, com manutenção de vínculos, na sua maioria monoparentais, chefiados pela mãe; e inserida no sistema escolar. Quanto ao motivo do acolhimento, a pobreza é o fator mais citado.

Em 2011, o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento no Brasil trouxe alterações nos dados sociodemográficos dos acolhidos. Neste último levantamento, foi constatado o aumento no número da clientela do sexo feminino, apesar de ainda haver a predominância do sexo masculino. Além da alteração no quantitativo do gênero dos acolhidos, houve a ascensão da cor branca e a negligência passou a ser tida como o principal motivo para o acolhimento, sendo considerada como a omissão de pais ou responsáveis diante da necessidade de prover

condições básicas para o desenvolvimento físico, emocional e social da criança e/ou adolescente (Assis & Farias, 2013).

Estudos científicos realizados em Sergipe sobre a temática são escassos, como o livro de Fonseca et al. (2014) que resultou da experiência nas fiscalizações realizadas pelo Ministério Público de Sergipe nos SAIs, onde são analisadas a qualidade dos serviços e as ações do poder público para resolução dos problemas encontrados. Grande parte dos estudos são focados principalmente no município de Aracaju, como os escritos de Tavares (2005), que foram baseados em estudo realizado pela antiga Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e motivado pela verificação de problemas nas práticas institucionais dos SAIs, tais como estímulo à convivência familiar e comunitária, falta de profissionais e de conhecimento dos mesmos sobre seu papel e de preparação para o desligamento dos acolhidos; e o de Souza e Brito (2015), que teve como objetivo apontar e debater dados de pesquisas que traziam informações sobre como era realizado o acolhimento institucional no município de Aracaju.

3.1 A institucionalização como fator de risco para o desenvolvimento humano

As teorias do desenvolvimento humano descrevem diversas etapas da vida, atribuindo expectativas em relação a cada uma, em consonância com os valores da sociedade, dos grupos sociais e das relações intergrupais. Desse modo, o desenvolvimento é entendido como uma interação entre as características biológicas individuais (crescimento e maturação) e o meio ambiente, no qual o sujeito está inserido ao longo da vida. Cada contexto é singular e se caracteriza pela dinâmica interacional entre diferentes ambientes, pessoas e processos que exercem níveis diferenciados de influência sobre o desenvolvimento do ser humano (Braguirolli et al., 2012).

A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner (2011) define o desenvolvimento humano como um fenômeno de continuidade e mudanças nas características biopsicológicas dos seres humanos, tanto no indivíduo como no grupo. Esse processo estende-se pelo ciclo vital, pelas gerações, pela história passada e futura, sendo o desenvolvimento compreendido como contínuo e processual. Ele envolve quatro núcleos inter-relacionados dinamicamente na compreensão dos fenômenos: a Pessoa, o Processo, o Contexto e o Tempo (Modelo PPCT).

O núcleo Pessoa, conforme definido por Bronfenbrenner (2011), é entidade em

crescimento, dinâmica, onde existe o 'processo de acomodação mútua', visto que a relação entre o indivíduo e o mundo é bidirecional, ou seja, ele afeta e é afetado pelo mundo. De acordo com Antoni e Koller (2010), os fatores compreendidos no núcleo Pessoa ou 'eu ecológico' estão relacionados às características biopsicossociais. Geralmente, esse núcleo é o único foco de análise para um diagnóstico psicológico, com base nos processos intrapsíquicos e de acordo com uma visão mais tradicional da Psicologia. O núcleo Processo, por sua vez, está relacionado como o indivíduo ou a família compreendem suas experiências e interpretam o ambiente ao longo do ciclo vital, assim é tido como agente do desenvolvimento e acontece através do desempenho das atividades diárias e das inter-relações que ocorrem num ambiente específico e na junção de vários contextos.

O núcleo Tempo atua no processo de desenvolvimento, abrangendo desde grandes acontecimentos históricos até pequenos episódios inseridos no cotidiano que se processam continuamente; o Tempo e o Processo interagem dinamicamente. No núcleo Contexto, em termos microssistêmicos, teoricamente, as relações familiares saudáveis deveriam ser estabelecidas com reciprocidade, afeto e equilíbrio de poder.

O meio ambiente na Teoria Sistêmica Ecológica é de grande importância e inclui suas interconexões. O meio ambiente ecológico é concebido topologicamente como uma organização de encaixe de estruturas concêntricas, são elas: microssistemas, mesossistemas, exossistemas e macrossistemas. O microssistema se configura num ambiente onde as pessoas/grupo familiar vivenciam experiências estáveis e significativas, sendo essencial haver reciprocidade, equilíbrio de poder e afeto nas relações estabelecidas. O mesossistema é definido como o conjunto de microssistemas de determinada pessoa/família e é composto pela interação dos vários ambientes que ela percorre (escola, trabalho, etc.), promovendo assim seu desenvolvimento. O exossistema é caracterizado pelos ambientes onde as pessoas/famílias não estão presentes fisicamente, mas cujas decisões tomadas neles influenciam seu desenvolvimento. O macrossistema compreende a cultura, a subcultura e todo conjunto de crenças ou ideologias contidas numa sociedade e que influenciam no crescimento das pessoas durante seu ciclo vital. É importante ressaltar que a relação entre eles, quando analisada, aparece extremamente coerente, delimitando a interação dinâmica entre eles (Bronfenbrenner, 2002).

Observa-se que estes sistemas incluem culturas e subculturas que darão consistência na forma e conteúdo dos mesmos. A família, por sua vez, reflete os modelos ou esquemas existentes no macrosistema, principalmente em relação ao funcionamento, aos valores e às tradições de acordo com a cultura na qual está inserida. Esses modelos influenciam no desenvolvimento pessoal e social e, assim, a dinâmica entre pessoa, família e sociedade vai, ao longo do tempo, sofrendo um processo de mudança (Garbarino & Eckenrode, 1997, citado por Antoni & Koller, 2010).

Em todas as situações vivenciadas pelo sujeito, existem fatores de proteção e risco operantes e com ações que exercem influência no desenvolvimento dos processos familiares. Os fatores de proteção são os que servirão para a defesa ou proteção do sujeito diante de uma situação de vulnerabilidade ou risco. Os fatores de risco estão relacionados aos eventos negativos da vida e tendem a aumentar a probabilidade do sujeito manifestar problemas físicos, sociais ou emocionais. Os fatores de risco e proteção não são eventos inertes, logo, precisam ser percebidos como processos, podendo ser definidos por seus efeitos nas relações e nos resultados peculiares, ademais, a depender da situação uma variável pode atuar como indicador de risco ou de proteção (Braghirolli et al., 2012).

Embora seja notório que a situação de acolhimento institucional possa ser prejudicial para o acolhido, ela depende do comportamento e dos mecanismos para então caracterizar processos de risco que produzirão efeitos negativos no acolhido. Como os indivíduos apresentam relações distintas de intensidade, duração, severidade e frequência dos eventos estressores, o efeito tende a ocorrer da maneira como for entendido. Assim, a criança ou adolescente que é retirada de forma abrupta do meio familiar para um serviço de acolhimento institucional não raro sofre com essa transição “não-normativa” (Bronfenbrenner, 2002; Siqueira & Dell'aglio, 2006), pois não é esperado social e psicologicamente que esses deixem de conviver precocemente com seus familiares mais próximos. Sendo assim, este fator de risco pode fragilizar ou colocar em risco o processo de desenvolvimento de bebês a adolescentes.

3.2 O acolhimento institucional no mundo

O acolhimento de crianças e adolescentes é algo necessário em todo o mundo, seja por situações de guerra e demais conflitos armados ou por situações de vulnerabilidade

social e familiar. Em alguns países da União Europeia, como Portugal, Espanha e Grécia, existe um grande número de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Já em países como o Reino Unido, Holanda, Bélgica, Alemanha, Irlanda e Itália, existem mais acolhidos em modalidades de famílias acolhedoras ou integrados em familiares alternativos, o que reduz a institucionalização e o tamanho das residências (Gaspar et al., 2015).

Em Portugal, os distritos de Lisboa (1.598) e do Porto (1.538) apresentam o maior número de crianças e jovens em situação de acolhimento, com o predomínio de 69,1% adolescentes (a partir de 12 anos), do sexo masculino (51,7%) e com baixo índice escolar. Algumas cidades, por terem esgotado sua capacidade de acolhimento, são obrigadas a enviar os acolhidos para outras localidades, o que dificulta a reinserção familiar. Em 2015, a maioria dos acolhidos desligados retornaram ao convívio familiar; em média 46% das crianças e adolescentes permanecem entre 1 a 3 anos acolhidos, o que tende a crescer com o aumento da faixa etária (ISS, 2015).

Existe, ainda, uma preferência pela aplicação da medida de acolhimento familiar sobre o acolhimento residencial, principalmente quando se trata de crianças até aos seis anos, seguindo as recomendações do Conselho da Europa e os princípios preconizados pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – LPCJP. Entretanto, ainda há mais acolhidos em instituições (Gaspar, et al., 2015; ISS, 2015). No caso do acolhimento familiar, a família acolhedora recebe remuneração, que se divide em subsídio de manutenção e na retribuição mensal pelos serviços prestados. Contudo, não há incentivo financeiro adicional para o aperfeiçoamento do desempenho, como também não são disponibilizadas cobertura de despesas extra com saúde ou educação dos acolhidos (Delgado, 2010; Gaspar et al., 2015).

De acordo com a organização Eurochild, existiam no Reino Unido em torno de 60 mil crianças e adolescentes em cuidados alternativos em 2010, estando a maior parte (42.300) em famílias de acolhimento em ambiente privado e menos de 10% em instituições que tinham 16 ou mais acolhidos. Durante as últimas décadas, identificou-se que o sistema britânico de acolhimento passou por uma modificação: antes o acolhimento institucional era a modalidade prioritária e atualmente o acolhimento familiar equivale a mais de 2/3 dos casos (Eurochild, 2010). Concomitantemente, houve a redução no tamanho das residências e as grandes instituições foram substituídas por lares menores,

não existindo o conceito de aldeias S.O.S..

Estudos realizados no Reino Unido mostraram que, dentre os presos, 27% haviam sido acolhidos por pouco ou mesmo muito tempo em instituições e que 20% das meninas entre 16 a 19 anos engravidaram durante um período menor que um ano após o desligamento da instituição. De cada cinco acolhidos, um se torna morador de rua e 1/3 não tem instrução, emprego ou curso profissional ao completar 19 anos. Em virtude destes fatos, nota-se a necessidade de propostas que visem melhorar o sistema, e por isso a “família alargada” tornou-se a alternativa cada vez mais demandada (Eurochild, 2010; Gaspar, et al., 2015).

Na França, existiam 141.599 acolhidos. Aproximadamente metade desse número estava em famílias de acolhimento e mais de 1/3 em residências de responsabilidade local (instituições com mais de 15 menores) (Eurochild, 2010). Em menor proporção, há um modelo semelhante a aldeias S.O.S., que é apoiado por centros destinados a promover a integração social e profissional dos jovens, dispondo de dez casas, cada uma acolhendo quatro a seis crianças.

Na Espanha, a pobreza não é vista como motivo para acolhimento e por isso há a preocupação em acabar com os fatores de risco na família, tais como alcoolismo, drogadição, situação de vulnerabilidade social e violência intrafamiliar. Atualmente, o Estado é responsável pelo acolhimento de crianças e adolescentes que vêm da África e apresentam dificuldade na integração por conta do idioma, bem como pela preparação dos adolescentes para o emprego e a vida adulta por meio dos chamados “lares” (Gaspar et al., 2015).

3.3 O acolhimento institucional e o papel dos cuidadores

Crianças e adolescentes são sujeitos com especificidades diferentes durante seu desenvolvimento e a ida para um serviço de acolhimento institucional, por vezes, traz consequências, já que eles necessitam de um núcleo familiar como referência para formar vínculos e terem seu desenvolvimento biopsicossocial. Entretanto, nas instituições de acolhimento eles vivem sem a alusão do que é ter uma família, sem a relação afetiva mãe-filho e tendo suas necessidades atendidas por cuidadores (Pereira et al., 2010).

O cuidador é o profissional responsável pelos cuidados básicos como alimentação, higiene e proteção dos acolhidos; organização do ambiente; auxílio para os acolhidos

lidarem com sua história de vida, fortalecendo a autoestima e construindo a identidade; organização de fotografias e registros individuais sobre o acolhido para preservar a história de vida; e acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano (Brasil, 2006).

Apesar de serem responsáveis por estes cuidados primários, os cuidadores podem e devem estabelecer relações semelhantes às que mantêm com seus filhos, como: dar limites, atenção e participar mais efetivamente do dia a dia dos acolhidos para que eles tenham as condições básicas para se desenvolverem. Entretanto, em decorrência das demandas diárias e da quantidade de acolhidos, as relações de afeto, atenção, carinho e apego são prejudicadas, o que dificulta a formação de vínculo afetivo entre acolhidos e cuidadores (Pereira et al., 2010; Magalhães et al., 2011).

Cada criança ou adolescente acolhido apresenta necessidades distintas, o que demanda dos cuidadores um cuidado personalizado. Geralmente, os cuidadores tem momentos de manifestação de carinho, onde oferecem atenção e trocas afetivas, mas não conseguem participar e interagir de forma ativa no cotidiano dos acolhidos, seja pela disputa de atenção entre os próprios acolhidos ou pela escassez de tempo dos cuidadores, o que pode acarretar dificuldades no seu desenvolvimento. Além disso, outro fator que afeta negativamente essa relação afetiva é a rotatividade de cuidadores que ocasiona a descontinuidade dos laços afetivos, visto que a construção desses laços dentro das instituições se mostra frágil e inconsistente (Pereira et al., 2010).

4 MÉTODO

4.1 Tipo do estudo

Trata-se de um estudo tipo transversal retrospectivo de abordagem quantitativa para caracterização dos Serviços de Acolhimento Institucional (SAI's) de crianças e adolescentes no território da Grande Aracaju e do perfil dos acolhidos, no período de 2013 a 2015.

4.2 População

O território da Grande Aracaju contava em 2015/16 com 13 SAI's, seis no município de Aracaju, dois em Nossa Senhora do Socorro, e os demais municípios - Laranjeiras, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros, Itaporanga D'Ajuda e Santo Amaro das Brotas - com um SAI cada.

Todos os SAI's foram incluídos na pesquisa e contatados para visita. Verificou-se que dois estavam sem funcionar por falta de demanda de atendimento – em Santo Amaro das Brotas e Itaporanga D'Ajuda. Assim, fizeram parte da pesquisa 11 SAI's localizados na região circunscrita, que são coordenados por oito profissionais. Os dois SAI's do município de Socorro possuem apenas uma coordenadora e as três casas-lares de Aracaju, uma coordenadora cada.

Foram avaliados 336 registros de acolhidos no período de 2013 a 2015, cujos dados alimentaram uma planilha com todas as variáveis da pesquisa, sendo estas: tipo de SAI, sexo, faixa etária, cor; aptidão a adoção, acolhimento de irmãos, tempo de acolhimento, vinculação familiar, visita dos responsáveis, motivo do acolhimento, situação atual dos acolhidos, primeiro acolhimento, o motivo e a dificuldade do acolhimento.

Todos os funcionários das instituições foram convidados a responder um questionário com variáveis acerca das características da equipe e dos Serviços de Acolhimento Institucional. Estima-se que os 63 sujeitos que participaram da pesquisa representem cerca de 90% dessa população, pois encontrou-se dificuldade para levantar o número exato de funcionários em Aracaju, já que algumas coordenações não souberam informá-lo. Também não foi possível entrevistar funcionários da guarda

municipal que permaneciam nas instituições somente em plantão noturno.

4.3 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos todos os SAI's da região circunscrita que tinham registro no Conselho Municipal de Assistência Social ou no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e os funcionários dos SAI's.

Foram excluídos os SAI's que não estavam em funcionamento por falta de demanda.

4.4 Instrumentos e técnicas de coleta de dados

Foram utilizados três formulários para preenchimento dos dados relativos às características dos SAI's, constituídos de questões fechadas e abertas para o levantamento de informações sobre as variáveis: características da equipe do Serviço de Acolhimento Institucional, dos acolhidos e sua família de origem e da rede de atenção aos acolhidos utilizadas na comunidade.

Utilizou-se como parâmetro para a montagem dos formulários, instrumentos usados para coleta de dados semelhantes (Lima, 2012; Serrano, 2011). O Prontuário do Sistema Único da Assistência Social - SUAS (MDS, 2013) e o Levantamento Nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede de serviço de ação continuada (IPEA, 2003) foram as principais fontes para os instrumentos 1 e 2. Trata-se de questionários preenchidos pela equipe técnica e de apoio dos SAI's (Apêndice A), cujas variáveis tiveram o objetivo de levantar o perfil dos funcionários dos serviços. Um formulário específico foi elaborado para os coordenadores (Apêndice B), que tratou também da estrutura física e organizacional dos serviços, das ações desenvolvidas para o acolhido e sua família e formas de interlocução com a rede de atenção psicossocial.

O instrumento 3 também foi baseado nos documentos oficiais citados anteriormente. O formulário 3 (Apêndice C) foi preenchido pela equipe da pesquisa (composta por uma mestranda e duas estagiárias) através dos dados de todos os prontuários e Planos de Atendimento Individuais (PIA's) dos acolhidos no período entre 2013 a 2015.

4.5 Análise dos dados

As variáveis numéricas (quantidade de cômodos dos SAI's e serviços próximos à instituição) foram testadas quanto à distribuição de normalidade por meio do teste de Shapiro-Wilk. Para as variáveis categóricas (faixa etária e tempo que as coordenadoras exercem a função) foram usados testes paramétricos e os resultados foram apresentados por meio da média, desvio padrão e intervalos de confiança (IC) de 95%. Quanto às variáveis (tempo de acolhimento e vinculação, idade, sexo e cor; idade dos funcionários e carga horária das coordenadoras) utilizou-se testes não paramétricas e os resultados foram apresentados por meio da mediana e seus quartis (1º e 3º quartil). As demais variáveis categóricas (dados sociodemográficos dos acolhidos; dados do acolhimento; dados sociodemográficos e contratuais da equipe; faixa etária, formação, participação em órgãos colegiados e treinamento das coordenadoras; natureza da instituição; manutenção das despesas; orientação religiosa; especialidade no acolhimento; quem encaminha os acolhidos; localização dos SAI's; placa de identificação; tipo e condições do imóvel; ações desenvolvidas para o acolhido, com sua família e interlocução com a rede) foram apresentadas por meio das frequências absolutas e relativas. Para as análises de associação (tipo de SAI, sexo, faixa etária e cor; aptidão a adoção, tipo de SAI, cor, sexo e faixa etária; faixa etária e tempo de acolhimento; vinculação familiar, faixa etária, sexo, cor e visita dos responsáveis; motivo do acolhimento e sexo; situação atual dos acolhidos e primeiro acolhimento; motivo e dificuldade do acolhimento) foram usados os testes de qui-quadrado ou Exato de Fisher. Para todas as análises foi utilizado o programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS 15.0).

4.6 Aspectos Éticos

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Tiradentes, com o parecer nº 1.611.766 e autorizado pela 16ª Vara da Infância e Juventude, com o processo nº 201511600901.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, I. G.; MAEHARA, N. P.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; A perspectiva da criança em acolhimento institucional sobre sua rede social: a importância do relacionamento entre irmãos. Em M. C. Rossetti-Ferreira; S. A. Serrano; I. G. Almeida (Orgs.). *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. São Paulo: Hucitec, p.119-172, 2011.
- ANTONI, C., KOLLER, S. H.; Uma família fisicamente violenta: Uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. *Temas em Psicologia*, v.18, n.1, p.17-30, 2010.
- ASSIS, S. G.; FARIAS, L. O. P.; *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec, 2013.
- AZOR, A. M. G. C. C. V.; VECTORE, C.; Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de psicologia (Campinas) [online]*. v. 25, n.1, p. 77-89, 2008.
- BAPTISTA, M. V. Um olhar para a história. In: _____(coord.) *Abrigo : comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006, p. 24 -36.
- BLAKE, M.T. et al. Characteristics of sexual violence against adolescent girls and adult women. *BMC Women's Health*.v.14,n.15. 2014, p.1-7.
- BRAGA, L. L., DELL'AGLIO, D. D. Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. *Estudos de Psicologia*, v.17, n.3, p.413-420, 2012
- BRAGHIROLI, E. M.; BISI, G. P.; RIZZO, L. A.; *Psicologia Geral*. 33ª ed. Petrópolis: Vozes; 2012.
- BRASIL. **Código de Menores de 1927**. Decreto nº 17.943-a, de 12 de outubro de 1927.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.
- _____. Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.
- _____. **Lei 12.010 de 03 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências.
- BRITO, C. O., ROSA, E. M., TRINDADE, Z. A. O Processo de Reinserção Familiar sob a Ótica das Equipes Técnicas das Instituições de Acolhimento. *Temas em Psicologia*, v. 22, n 2, p. 401-413, 2014
- BRONFENBRENNER, U.; *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: ArtMed, 2002.
- _____. *Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CAVALCANTE, L. I. C., MAGALHÃES, C. M. C., PONTES, F. A. R.; Processos de saúde-doença entre crianças institucionalizadas: Uma visão ecológica. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.14, n. 2, p. 615-625, 2009.

CAVALCANTE, L. I. C.; CORRÊA, L. S.; Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. *Cadernos de Pesquisa*, v.42, n.146, p.494-517, 2012.

CAVALCANTE, L. I. C., ARAÚJO, C. R., GÓES, E. L. C., MAGALHÃES, C. M. C. Análise das condições sociofamiliares de crianças em acolhimento institucional. *Psicologia Argumento*. Curitiba, v.32, n. 76, p.79-92, jan./mar. 2014 (a).

CAVALCANTE, L. I. C., MAGALHÃES, C. M. C., REIS, D. C. Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. *Psico*, Porto Alegre, PUCRS, v. 45, n. 1, p. 90-99, jan.-mar. 2014 (b).

CINTRA, A. L.; SOUZA, M. de. Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 10, n. 3, p. 809-833, set. 2010.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, 2009.

DELGADO, P. O Acolhimento Familiar em Portugal - conceitos, práticas e desafios. *Psicologia e Sociedade*, v.22, n.2, p.336-344, 2010.

DOZIER, M.; ZEANAH, C.; WALLIN, A. R.; SHAUFFER, C. Institutional care for young children: review of literature and policy implications. *Social Issues and Policy Review*, v.6, n.1, p.1-25, 2012

EUROCHILD. Children in alternative care - National Surveys-2nd Edition. 2010. [acessado em 16 dez 2016]. [Disponível em: http://www.eurochild.org/fileadmin/user_upload/Publications/Eurochild_Reports/Eurochild%20Publication%20%20Children%20in%20Alternative%20Care%20%202nd%20Edition%20January2010.pdf],

FONSECA, A. V.; FONSECA, J. M. H.; FIGUEIRÊDO, M. R. M.; DORTAS, M. C.; MATOS, S. A. A.; SANTOS, S. F. (2014) Tecendo mudanças: acolhimento institucional para crianças e adolescentes em Sergipe "relatos de experiência". *Aracaju: J Andrade*, v. 225, n.1, 112p.

GASPAR, J.P.; ALCOFARADO, J.L.; SANTOS, E.J. Respostas educativas para menores em risco: estudo de caso duplo da institucionalização em lares de infância e juventude. *Polêmica*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 01-20, 2015.

HERRÁN, A.; BARRIOCANAL, C. G.; MARTÍNEZ, A. I. Valoración del acogimiento residencial en centros de protección de menores: las vivencias de los jóvenes y sus familias. *Tendências Pedagógicas*. v. 13, p. 193 – 210, 2008.

IANELLI, A.M. et al. Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.20, n.1, p.39-48, 2015.

IBGE. Censo Demográfico 2010 – Características da população e dos domicílios: resultados do

universo. Rio de Janeiro, 2011.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede de serviço de ação continuada (SAC). Relatório de pesquisa número 01. Brasília, 2003.

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL (ISS). Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens em 2015. Lisboa: 2015.

LACERDA, F. S.; GUIMARÃES, L. A. “Assistir Robocop lá é chato!”: conversando com crianças sobre suas vivências no abrigo institucional. Em M. C. Rossetti-Ferreira; S. A. Serrano; I. G. Almeida (Orgs.). *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. São Paulo: Hucitec, 235-272, 2011.

LOURAU, R. *Análise Institucional e práticas de pesquisa*, Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MAGALHAES, C. M. C; COSTA, L. N.; CAVALCANTE, L. I. C.; Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Revista Brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 818-831, 2011.

MARQUES, C. C.; CZERMAK, R.; O olhar da psicologia no abrigo: uma cartografia. *Psicologia e Sociedade [online]* v.20, n.3, p. 360-366, 2008.

MARTINS, C.B.G; JORGE, M.H.P.M. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do país. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v.19, n.2, p. 246-55, 2010

MCCALL, R. B. The consequences of early institutionalization: can institutions be improved? – should they? *Child Adolesc Ment Health*. v.18, n.4, p. 193-201, 2013.

Ministério de Inclusión Económica y Social (MIES) de Quito - Ecuador. *Normas técnicas de la prestación de los servicios en centros de acogimiento institucional*. Quito: MIES, 2014. Disponível em<: <http://www.inclusion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/03/Norma-e%CC%81cnica-proteccion-social-WEB.pdf>> Acesso em 22 jul 2016.

MDS. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Prontuário SUAS*. Brasília, 2013. Disponível em <:<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/auth/index.php>> Acesso em: 19 Dez. 2016.

OLIVEIRA, C. A., PEREIRA, E. G. Estudo sobre a Lei Nacional de Adoção: institucionalização, acolhimento familiar e cadastros. *Contextos Clínicos*, v.4, n.2, p.113-122, 2011

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Relatório da Relatora Especial sobre as questões das minorias na sua missão ao Brasil (2016). **Onu-Brasil**. Disponível em:< <http://www.refworld.org/docid/56f173324.html>> Acesso em: 19 Dez. 2016.

PEREIRA, M., SOARES, I., DIAS, P., SILVA, J., MARQUES, S; BAPTISTA, J.; Desenvolvimento, Psicopatologia e Apego: Estudo Exploratório com Crianças Institucionalizadas e suas Cuidadoras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.23, n. 2, p. 222-231, 2010.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I.; *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios*

presentes. Rio de Janeiro: Ed. da PUC-RJ, 2004.

ROCHA, P. J.; ARPINI, D. M.; SAVEGNAGO S. O. Significados Atribuídos por Mães Acerca do Acolhimento Institucional, Reintegração e Rede de Atendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.35, n.1, p.111-124, 2015.

RODRIGUEZ, S.; BARBOSA-DUCHARNE, M.; DEL VALLE , J. F.; La Calidad del acogimiento residencial en portugal y el ejemplo de la evolución española. *Papeles del Psicólogo*. v. 34, n.1, p. 11-22, 2013.

ROSA, E. M.; SANTOS, A. P.; SILVA, C. R.; SOUZA, M. R. Contextos ecológicos em instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia*, v.15, n.3, 233-241, 2010.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde et al., Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia Reflexão e Crítica [online]*. v.25, n.2, p. 390-399, 2012.

SALINA-BRANDAO, A.; WILLIAMS, L. C. A. O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia Reflexão e Crítica. [online]*. v.22, n.3, p. 334-352, 2009.

SERGIPE. **Institui o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, aos Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS.** Lei Estadual nº 7251, de 31 de outubro de 2011.

Secretaria de Estado da Mulher, Assistência e Inclusão Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos (SEIDH). *Inclusão social*. Sergipe, 2015. Disponível em:<<http://www.agencia.se.gov.br/>> Acesso em: 16 Dez. 2016.

SERRANO, S. A. Quem são as crianças institucionalizadas e suas famílias? Refletindo sobre os indicadores de abrigamento em Ribeirão Preto. In M. C. Rosset-Ferreira, S. A. Serrano, I. G. Almeida (Orgs.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. São Paulo: Hucitec Editora, 2011.

SILVA ERA. *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA; 2004.

SILVA, T. S. R., MAGALHÃES, C. M. C., CAVALCANTE, L. I. C. Interações entre avós e netos em instituição de acolhimento infantil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, p. 49-60, 2014.

SIQUEIRA, A. C., DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão da literatura. *Psicologia e Sociedade*. v.18, 71-80, 2006.

_____. Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social. *Psicologia Teoria e Pesquisa*. Brasília, v.26, n.3, 407-415, 2010.

SOARES, E. M. R., DA SILVA, N. L. L., DE MATOS, M. A. S., ARAÚJO, E. T. H., DA SILVA, L. D. S. R., LAGO, E. C. Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. *Revista Interdisciplinar*, v.9, n.1, p. 87-9, 2016.

WIIK,K. L.,LOMAN, M. M., RYZIN, M. J. V., ARMSTRONG, J. M., ESSEX, M. J., POLLAK, S. D., &

GUNNAR, M. R. Behavioral and emotional symptoms on post-institutionalized children in middle childhood. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v.52, n.1, 56-63, 2010.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são apresentados na forma de dois artigos, um já submetido e o outro a submeter.

5.1 ARTIGO 1

CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO ATENDIDA NOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO TERRITÓRIO DA GRANDE ARACAJU, SERGIPE/BRASIL

RESUMO

O acolhimento institucional é uma modalidade excepcional e provisória de proteção à criança e adolescente e deve primar pela manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários visando à reintegração familiar ou adoção. As alterações nas normas de funcionamento ocorridas nos Serviços de Acolhimento Institucional (SAI's) de crianças e adolescentes no Brasil tem despertado o interesse em averiguar de que forma as mudanças têm auxiliado na prática institucional e na promoção da saúde dos acolhidos. Diante deste cenário, esta pesquisa tem por objetivo identificar as características da população atendida nos serviços de acolhimento institucional no território da Grande Aracaju/ Sergipe. Tratou-se de um estudo transversal retrospectivo, que utilizou o levantamento documental para a caracterização dos acolhidos em 11 dos 13 SAI's da Grande Aracaju e de sua família de origem no período de 2013 a 2015. A partir disso, foi possível identificar o registro de 336 acolhidos, dos quais, 54,76% (184) eram do sexo feminino, com predominância da cor parda 32,74% (110) e faixa etária entre 0 a 3 anos 31,55% (106). A maioria, 52,68% (177), encontrava-se em primeiro acolhimento. Verificou-se também que 69,05% (232) apresentavam família e vínculo legal; 55,36% (186) possuíam irmãos acolhidos; a exposição a situação de risco e vulnerabilidade foi o motivo predominante para o acolhimento 43,96% (222) e apenas 17,26% (58) estavam aptos para adoção. Identificou-se a necessidade de uma avaliação criteriosa sobre a possibilidade e motivação dos responsáveis quanto ao retorno do acolhido, além da necessidade de acabar com a especialidade no acolhimento no município de Aracaju e da importância do preenchimento das informações acerca dos acolhidos e de seus familiares, para que possam ser criadas políticas públicas que auxiliem na diminuição dos efeitos e dos números de acolhimentos.

Palavras-chave: Abandono; Acolhimento Institucional; Avaliação.

Characteristics of the Population Assisted in Institutional Services in Greater Aracaju, Sergipe/Brazil

ABSTRACT

Institutional shelter is an exceptional and provisional modality of protection for children and adolescents and should focus on maintaining and strengthening family and community ties aimed at family reintegration or adoption. Changes in the operating norms that have taken place in the Institutional Reception Services (SAI's) of children and adolescents in Brazil have aroused interest in ascertaining how the changes have helped institutional practice and the promotion of the health of

the host. Given this scenario, this research aims to identify the characteristics of the population served in the institutional reception services in the territory of Greater Aracaju in the state of Sergipe. This was a cross-sectional retrospective study, which used the documentary survey to characterize the host families in Grande Aracaju and their families of origin in the period from 2013 to 2015. From this it was possible to identify the registry of 336 hostages, Of which 54.76% (184) were female, with predominance of brown color 32.74% (110) and age group between 0 and 3 years 31.55% (106). The majority, 52.68% (177), was the first host. It was also identified that 69.05% (232) had family and legal ties; 55.36% (186) had foster siblings and only 17.26% (58) were eligible for adoption.

keywords: Abandonment; Institutional Care; Evaluation.

INTRODUÇÃO

O acolhimento de crianças e adolescentes é algo necessário em todo o mundo, seja por situações de guerra e demais conflitos armados ou por situações de vulnerabilidade social e familiar. Em alguns países da União Europeia, como Portugal, Espanha e Grécia, existe um grande número de crianças e adolescentes em Acolhimento Institucional. Já em países como o Reino Unido, Holanda, Bélgica, Alemanha, Irlanda e Itália, existem mais acolhidos em modalidades de famílias acolhedoras ou integrados em famílias extensas, o que ocasionou a substituição das grandes instituições por lares menores, e reduziu a institucionalização (Eurochild, 2010; Rodriguez, 2013; Gaspar et al., 2015; ISS, 2015).

No Brasil, o levantamento nacional de SAI's realizado por Assis e Farias (2013) apontou que havia 2.624 SAI's e 144 Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora no país, distribuídos em 1.157 municípios das 27 unidades da federação. No estado de Sergipe, em 2015, havia trinta e três SAI's distribuídos nos oito territórios (treze na Grande Aracaju, oito no Sul Sergipano e nos demais territórios - Médio Sertão Sergipano, Alto Sertão Sergipano, Agreste Central, Leste Sergipano, Baixo São Francisco e Centro Sul Sergipano - com dois SAI's cada) sendo 14 na modalidade Abrigo Institucional e 19 na modalidade Casa-lar (SEIDH, 2015).

O Acolhimento Institucional (AI) é uma das nove medidas de proteção aos direitos de crianças e adolescentes que estão contidas no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990), e se configura numa modalidade excepcional e provisória de proteção à criança e ao adolescente que deve visar o retorno dos acolhidos para sua família. O Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) é a instituição responsável pelo cumprimento desta medida e pode ser classificado em duas modalidades: Casa-lar, com capacidade máxima de 10 acolhidos, e Abrigo Institucional, com capacidade máxima de 20 acolhidos.

Estudos que se dedicaram ao tema acolhimento institucional (Cavalcante et al., 2009; Cintra & Souza, 2010; Salina-Brandão & Williams, 2009) assinalaram que esta é uma temática complexa e com diversos desdobramentos, podendo ser analisados desde aspectos históricos, sociais, legais, culturais ou psicológicos. Assim, se configura numa temática de estudo interdisciplinar focada essencialmente no desenvolvimento da clientela.

A caracterização da clientela atendida se constitui num tema de relevância social, tanto em função do número de acolhidos e a repercussão do afastamento de suas famílias, como pela preocupação quanto ao tipo de serviços que melhor atendam às necessidades peculiares dessa população. A partir da Lei nº 12.010, conhecida como Lei Nacional da Adoção (Brasil, 2009), passaram a vigorar, por exemplo, a premissa do atendimento no local de origem do acolhido ou mais próximo possível, a avaliação semestral e a diminuição do número de acolhidos em cada serviço.

No ano de 2011 foi aprovada a Lei de Cofinanciamento Estadual (Sergipe, 2011), que proporcionou a implantação dos SAI's nos municípios sergipanos que aderiram ao cofinanciamento e apresentaram a documentação necessária para o recebimento do recurso. Deu-se, então, o reordenamento dos SAI's e os municípios sergipanos que aderiram ao mesmo passaram a acolher crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos de ambos os sexos, como preconiza o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC e a Lei Nacional de Adoção (Brasil, 2006, 2009; SEIDH, 2015). Entretanto, no território da Grande Aracaju, (composto pela capital Aracaju e os municípios da Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão), o município de Aracaju mantinha, até 2016, o acolhimento segundo o sexo ou faixa etária, o que se contrapõe aos objetivos do reordenamento de não haver especialidade.

Existem poucos estudos em Sergipe sobre a temática, como o livro de Fonseca et al. (2014) que resultou das suas experiências nas fiscalizações realizadas pelo Ministério Público de Sergipe nos SAI's, onde são analisadas a qualidade dos serviços e as ações do Poder Público para resolução dos problemas encontrados. Além disso, há um predomínio em estudos acerca da capital Aracaju, como o livro de Tavares (2005), baseado num estudo realizado pela antiga Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e motivado pela verificação de problemas nas práticas institucionais dos SAI's, tais como: estímulo a convivência familiar e comunitária, falta de profissionais e de conhecimento dos mesmos sobre seu papel e de preparação para o desligamento dos acolhidos; sobre a situação dos abrigos em Aracaju, e o artigo de Souza e Brito (2015) que objetivou apontar e discutir dados de pesquisas que analisaram a execução do acolhimento institucional de crianças e

adolescentes no município de Aracaju.

Diante dessa conjuntura, este estudo teve como objetivo identificar as características da população atendida nos Serviços de Acolhimento Institucional no território da Grande Aracaju/Sergipe.

MÉTODO

Trata-se de um estudo transversal retrospectivo que utilizou o levantamento documental para caracterização dos acolhidos nos Serviços de Acolhimento Institucional (SAI's) no território da Grande Aracaju, Sergipe/Brasil e de sua família de origem, no período de 2013 a 2015.

Participantes

A pesquisa contou com 336 registros de acolhidos no período de 2013 a 2015, em 11 SAI's no território da Grande Aracaju, seis no município de Aracaju, dois em Nossa Senhora do Socorro, e os demais municípios - Laranjeiras, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros - com um SAI cada. Foram incluídos apenas os SAI's que possuíam acolhidos durante este intervalo.

Instrumentos

Utilizou-se um formulário constituído de questões fechadas e abertas, sendo preenchido pela própria equipe da pesquisa, por meio dos dados de todos os prontuários e Planos de Atendimento Individuais (PIA's) dos acolhidos no período entre 2013 a 2015. As questões abertas foram utilizadas para complementar a resposta a uma questão objetiva feita anteriormente. Nesses casos, as questões mais subjetivas tinham o cunho de esclarecimento e aprofundamento, uma vez que não era possível ser mensurado com os itens preestabelecidos no instrumento da pesquisa, como por exemplo respostas de “sim” e “não”.

Procedimentos

Inicialmente, solicitou-se a juíza da 16ª Vara da Infância e Juventude autorização para utilização dos dados contidos nos prontuários dos acolhidos do município de Aracaju (6). Após a autorização da mesma, contactou-se as coordenadoras de todos os SAI's da Grande Aracaju (13) e em seguida foram endereçadas as solicitações para realização da pesquisa, que continham a natureza e os objetivos da pesquisa. Após a aceitação dos mesmos, verificou-se que dois SAI's (Santo Amaro das Brotas e Itaporanga D'Ajuda) não se enquadraram no critério de inclusão.

Seguiu-se com as visitas aos SAI's para coleta de dados, realizadas pela mestranda e duas estagiárias, finalizada a coleta os dados foram tabulados para as análises estatísticas. As variáveis não paramétricas (tempo de acolhimento e vinculação, faixa etária, sexo e cor) foram apresentadas por meio da mediana e seus quartis (1º e 3º quartil). As variáveis categóricas (dados

sociodemográficos dos acolhidos; dados do acolhimento) foram apresentadas por meio das frequências absolutas e relativas.

Foram realizadas análises de associações entre as variáveis: tipo de SAI, sexo, faixa etária, cor; aptidão a adoção, tempo de acolhimento, vinculação familiar, visita dos responsáveis, motivo do acolhimento, situação atual dos acolhidos, primeiro acolhimento, o motivo e a dificuldade do acolhimento. Para tais análises foram aplicados os testes do Qui-quadrado ou exato de Fischer com auxílio do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS 15.0), adotando-se nível de significância de 5%.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIT, com o parecer nº 1.611.766 e autorizado pela 16ª Vara da Infância e Juventude, através do processo nº 201511600901.

RESULTADOS

Crianças e adolescentes acolhidos nos SAI's da Grande Aracaju/Sergipe e seus vínculos familiares

Observou-se no período estudado (2013-2015), um total de 336 crianças e adolescentes presentes nesses serviços, sendo que 85,12% (286) foram acolhidos nos Abrigos Institucionais e 14,88% (50) em Casa-lar. A pesquisa abrangeu cinco Casas-lares e seis Abrigos Institucionais. Por meio de prontuários e PIAs de cada criança e/ou adolescente acolhido, foi possível obter informações sociodemográficas (Tabela 1), sobre o processo de acolhimento e sua família de origem (Tabela 2).

Tabela1: Informações sociodemográficas das crianças e adolescentes acolhidos nos SAI's da Grande Aracaju, Sergipe/Brasil. 2013 a 2015.

	n	%
Sexo		
Masculino	149	44,35
Feminino	184	54,76
Não informado	3	0,89
Faixa etária		
0 a 3	106	31,55
4 a 6	57	16,96

7 a 9	44	13,10
10 a 12	48	14,29
13 a 15	59	17,56
16 a 18	19	5,65
Não informado	3	0,89
Cor		
Branco	35	10,42
Preto	39	11,61
Pardo	110	32,74
Não informado	152	45,23
Escolaridade		
Não está matriculado	112	33,33
Creche ou pré-escola	53	15,77
Ensino fund. Incompleto	155	46,13
Ensino médio Incompleto	2	0,60
Não informado	14	4,17

A respeito da escolaridade destes acolhidos (Tabela 1), verificou-se que 77,3% (82) das crianças entre zero a três anos não estavam matriculadas e 54,4% (31) das crianças entre quatro a seis anos estavam em creche ou na pré-escola. A maioria dos acolhidos apresentava ensino fundamental incompleto, sendo 79,5% (35) distribuídos entre os acolhidos com sete a nove anos, 87,5% (42) entre dez a doze anos, 84,7% (50) entre treze a quinze anos e 78,9% (15) entre dezesseis a dezoito anos.

Não foram encontradas associações entre o tipo de SAI e o sexo ($p= 0,877$), o tipo de SAI e a faixa etária ($p= 0,068$) e o tipo de SAI e a cor ($p= 0,144$).

Tabela 2: Dados do processo de acolhimento das crianças e adolescentes acolhidos nos SAI's da Grande Aracaju, Sergipe/Brasil. 2013 a 2015.

	N	%
Primeiro acolhimento		
Sim	177	52,68

Não	105	31,25
Não informado	54	16,07
Irmãos acolhidos		
Sim	186	55,36
Não	142	42,26
Não informado	8	2,38
Vinculação familiar		
Tem família e vínculo	232	69,05
Tem família, mas sem vínculo	64	19,05
Família não encontrada	6	1,79
Sem família (órfão)	2	0,60
Fam. Impedida judicialmente de manter contato	14	4,17
Sem informações	8	2,38
Outros	3	0,89
Não informado	7	2,08
Motivo do acolhimento		
Agressão física	41	8,12
Agressão sexual	30	5,94
Negligência	97	19,21
Abandono	65	12,87
Abandono material	7	1,39
Exposição a situação de risco e vulnerabilidade	222	43,96
Outros	43	8,51
Situação atual dos acolhidos		
Desligados	231	68,75
Evadidos	41	12,20
Acolhidos	40	11,90
Transferidos	23	6,85
Não informado	1	0,3
Aptos a adoção		

Sim	58	17,26
Não	269	80,06
Não informado	9	2,68

Na associação da condição legal de aptidão a adoção das crianças e adolescentes, em relação ao tipo de instituição, observou-se que a maioria dos acolhidos, sendo 204 em Abrigos Institucionais e 28 em Casas-lares, ainda estava sob o poder familiar dos responsáveis e, portanto, inaptos ao processo de adoção ($p= 0,001$). A cor da criança/adolescente ($p= 0,139$) ou sexo ($p= 0,761$) (Tabela 1) não teve associação com o fato de estar “apto para a adoção” (Tabela 1 e 2).

A faixa etária apresentou associação ($p< 0,001$) com estar “apto para a adoção”, na qual se constatou que entre as 106 crianças de zero a três anos, 26,9% (28) estavam aptas. Dentre os 57 acolhidos com três a seis anos, 18,2% (10) estavam aptas; das 44 de sete a nove anos, 20,5% (9) estavam aptas; dos 48 acolhidos de dez a doze anos, 19,6% (9) estavam aptos; entre as 59 de treze a quinze anos, 1,8% (1) estava apta e entre as 19 crianças de dezesseis a dezoito anos nenhuma estava apta para adoção.

Quanto ao tempo de acolhimento, notou-se uma mediana de 01 mês (1-1) para os acolhidos que mantinham vínculo com os responsáveis e 02 meses (1-3) para os que não tinham. Observou-se a mediana de 01 mês (1-2) para os acolhidos com faixa etária de sete a nove anos e para os que se encontravam em Abrigos Institucionais. A mediana de 01 mês (1-2,5) é referente à faixa etária de quatro a seis anos; a mediana de 01 mês (1-2,75) corresponde à faixa etária de dez a doze anos; a mediana de 01 mês (1-3) se refere a ambos os sexos, aos acolhidos com faixa etária de zero a três anos, aos brancos e pardos e aos que estavam em Casas-lar. Os acolhidos com faixa etária de treze a quinze anos tinham mediana de 1,5 meses (1-3), enquanto os da faixa etária de dezesseis a dezoito anos tinham mediana de 1,5 meses (1-4) e os de cor preta tinham mediana de 02 meses (1-3).

Ao associar a faixa etária e a escolaridade, foi identificado que entre as crianças de zero a três anos, 78,8% (82) não estavam matriculadas. Entre as de quatro a seis anos, 57,4% (31) estavam em creche ou pré-escola. Entre as de sete a nove anos, 83,3% (35) no ensino fundamental incompleto. Entre as de dez a doze anos, 93,3% (42) no ensino fundamental incompleto. Entre as de treze a quinze anos, 86,2% (50) no ensino fundamental incompleto. Entre as de dezesseis a dezoito anos, 78,9% (15) no ensino fundamental incompleto.

Não foi encontrada associação entre a vinculação familiar do acolhido e sexo ($p=0,053$), o mesmo ocorreu em relação à cor ($p= 0,493$) e as visitas dos responsáveis ($p= 0,812$). Também não

foi encontrada associação entre os motivos de acolhimento e o sexo do acolhido. Entretanto, identificou-se que 4,7% (7) dos 149 meninos e 12,5% (23) dentre as 184 meninas sofreram agressão sexual. No que se refere a situação de risco, verificou-se que a maioria dos meninos 73,2% e aproximadamente 67,4% das meninas se encontravam em situação de risco, ou seja, com seus direitos violados e/ou ameaçados.

Em relação à situação atual de acolhidos nos SAI's, a maioria já não estava mais na instituição no momento da pesquisa (Tabela 2), pois, haviam retornado ao convívio familiar. Houve associação entre a situação atual do acolhido na instituição e o primeiro acolhimento, ($p < 0,001$). Identificou-se que entre os acolhidos aqueles que foram acolhidos mais de uma vez apresentaram um maior percentual de evasão (17,1%), de manutenção (17,1%) e de transferência (14,3%).

Dos 336 acolhidos, 55,36% (186) foram retirados do convívio familiar junto com seus irmãos (Tabela 2). Entretanto, em 30,65% dos casos houve desmembramento de irmãos. Quanto ao grau de parentesco do responsável no momento do acolhimento, nota-se que na maioria dos casos (71,7%) era a genitora. Em relação ao estado civil dos responsáveis, 56,9% (153) referiram ter companheiros, 39,4% (106) referiram não ter companheiro e em 3,7% (10) não constava a informação. A mediana da idade dos responsáveis foi de 34 anos (29-40).

Houve associação entre o motivo que levou ao acolhimento (Tabela 2) (agressão física) e a dificuldade enfrentada pela família (violência) ($p < 0,001$). Além disso, 70,7% (29) dos que sofreram agressão física apresentavam dificuldade financeira. Entre os 30 acolhidos por violência sexual, a maioria dos responsáveis (90%) apresentavam como dificuldades que levaram ao acolhimento: a drogadição, a violência (80%) e a negligência (30%).

Com relação às 65 crianças e adolescentes que foram acolhidos em decorrência do abandono dos genitores (Tabela 2), 20% dos casos estavam relacionados aos conflitos familiares e 10,8% a violência dos responsáveis. Entre as sete crianças acolhidas por causa de abandono material, a negligência foi apontada pelos responsáveis como dificuldade. Dentre o quantitativo de 222 crianças e adolescentes acolhidos por se encontrarem expostos à situação de risco (Tabela 2), 36% (80) dos responsáveis apresentaram a drogadição como dificuldade que levou ao acolhimento, enquanto que 37,8% (84) apontaram os conflitos familiares.

Dentre os 97 acolhidos por negligência, 77,3% dos responsáveis relataram como dificuldade a negligência, 29,9% conflitos familiares, 26,8% drogadição, 24,7% a violência, 17,5% o alcoolismo e 2% problemas financeiros, sendo que os responsáveis por vezes, elencaram mais de uma dificuldade para o acolhimento.

Entre as 336 crianças institucionalizadas, 27,4% genitores (92) foram inseridos em programa de transferência de renda; 33% (111) em programa de acolhimento familiar; 7,7% (26) em programa de tratamento para alcoolismo; 13,1% (44) em programa de tratamento para drogadição; 20,2% (68) em programas de atendimento psiquiátrico e 21,7% (73) em programas de atendimento psicológico.

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo mostraram que os abrigados do sexo feminino estão em número ligeiramente mais elevado (54,76%), situação distinta de estudos anteriores (Herrán et al., 2008; Rossetti-Ferreira et al., 2012; Fukuda et al., 2013; Silva et al., 2014) e de levantamentos brasileiros acerca dos acolhidos (IPEA, 2003; Assis & Farias, 2013), que apresentam um quantitativo ligeiramente maior do sexo masculino (52,3%). Esta tendência provavelmente está relacionada ao maior número de instituições especializadas no atendimento de meninas até o ano de 2015.

Semelhante aos dados encontrados por Assis e Farias (2013) e Cavalcante et al. (2014b), nos SAI's pesquisados há mais crianças acolhidas (zero a doze anos), principalmente na primeira infância. Porém, a quantidade de adolescentes acolhidos 23,2% (78) é um dado preocupante, visto que nessa faixa etária há uma diminuição da possibilidade de adoção, pelo fato dos candidatos a adoção buscar crianças de até cinco ou sete anos.

Por outro lado, em qualquer idade, a permanência prolongada em instituições pode representar um alto risco ao desenvolvimento saudável dos acolhidos, principalmente na primeira infância (0 a 3 anos), fase na qual se considera importante que a criança tenha um aparato emocional e social de estímulos que contribua para seu desenvolvimento. Dessa forma, o acolhimento pode se configurar num fator nocivo, principalmente quando prolongado, para o desenvolvimento do sujeito. Isto ocorre pelo fato de, provavelmente, haver dificuldade na construção de relações afetivas duradouras pelas próprias características do SAI de atendimento massificado e pouca intimidade em decorrência dos sistemas de turnos para as equipes, como também pela separação precoce da figura de apego (Wiik et al., 2010; Cavalcante et al., 2014a).

Em relação à cor dos acolhidos nos SAI's da Grande Aracaju, a predominância é de pardos e negros, o que é similar aos estudos de Serrano (2011), Rossetti-Ferreira et al. (2012) e ao levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento realizado por Assis e Farias (2013). No Brasil, pode-se compreender essa predominância de pardos e negros nos SAI's da seguinte maneira: 70,8% dos 16,2 milhões de brasileiros vivendo em extrema pobreza; 80% dos analfabetos do país e 64% sem completar a educação básica são pardos e negros, além disso, eles

têm média salarial 2,4 vezes menores que o recebido por cidadãos brancos (ONU, 2016), ou seja, diferente do que relata o ECA a pobreza ainda é motivo para o acolhimento.

Nos SAI's da Grande Aracaju observou-se situação similar aos estudos de Serrano (2011), que investigou os indicadores de acolhimento em Ribeirão Preto; e Rossetti-Ferreira et al. (2012), que se basearam nas experiências e intervenções do subgrupo do Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil da Universidade de São Paulo, intitulado Grupo de Investigação sobre Abrigamento, Acolhimento Familiar e Adoção; em relação ao alto índice de prontuários que não continham a informação referente à cor, o que dificulta traçar um perfil fidedigno dos acolhidos. A falta de preenchimento desta característica ocorre muitas vezes pelos técnicos acharem que esta informação é desnecessária para o atendimento, entretanto, informações como esta são de grande valia na construção de políticas públicas.

Observou-se associação significativa entre a idade e estar apto a adoção, como foi apontado nos estudos de Serrano (2011) e Cavalcante et al. (2014b), havendo mais crianças destituídas do poder familiar (aptas à adoção) na faixa etária de zero a três anos. Rosa et al. (2010) associam que o motivo de haver maior quantidade de destituição do poder familiar nessa faixa etária é a visão e agilidade da rede (Ministério Público, Judiciário e Assistência Social) para proporcionar adoções, por entenderem ser mais fácil o desligamento do acolhimento e a inserção em outra família, principalmente se for menina e branca. Esta predileção por crianças na primeira infância ocorre como uma tentativa de satisfazer o desejo da maternagem quando não é possível ter um filho consanguíneo, como também pela crença de algumas pessoas em supor que apenas dessa forma a criança terá características comportamentais dos pais adotivos. O estudo de Brito et al. (2014) também evidencia a predileção quanto ao sexo feminino, entretanto na pesquisa realizada em Aracaju não houve preferência quanto ao sexo e à cor dos adotandos. Isto pode sugerir que em virtude da longa espera dos pretensos pais pela oficialização da adoção e pelos trabalhos realizados por grupos de apoio a adoção, esteja ocorrendo uma mudança no perfil procurado para adoção, havendo a diminuição das restrições quanto a faixa etária, sexo e cor.

Constatou-se uma relação entre ter entre treze a dezoito anos, ser negro, ter vários acolhimentos e não ter participação dos responsáveis com o maior tempo de permanência nas instituições. Essa maior permanência tem relação direta com a diminuição das visitas e consequentemente dos vínculos familiares, o que tende a dificultar mais a reinserção familiar, como também dificulta a adoção (Cavalcante et al. 2014). Brito et al. (2014) mostram que existe maior permanência dos meninos menores de onze anos em acolhimento, o que ocorre pela preferência na

adoção das meninas; enquanto na adolescência há mais meninas acolhidas, devido às fugas dos acolhidos do sexo masculino e maior dificuldade na reinserção ou adoção delas na puberdade. Além disso, há maior possibilidade de reinserção familiar em situações de primeiro acolhimento.

A respeito da escolaridade dos acolhidos nos SAI's da Grande Aracaju, a maioria dos acolhidos tinha o ensino fundamental incompleto (46,13%), com um percentual expressivo (33,33%) de não matriculados, corroborando dados da pesquisa de Assis e Farias (2013) e Silva et al. (2014) que associam o percentual de não matriculados à falta de oferta do serviço de creches nos municípios onde vivem as famílias das crianças e se localizam os SAI's. Essa situação pode prejudicar a reinserção familiar, tendo em vista que os genitores precisam de um local seguro onde possam deixar os filhos para que consigam desenvolver atividades laborais fora do seu domicílio.

Nos SAI's da Grande Aracaju, foi verificado que uma quantidade expressiva (98,81%) possuía processo de acolhimento; situação análoga ao observada pelos estudos de Serrano (2011) e Rossetti-Ferreira et al. (2012). Nos SAI's pesquisados, 31,25% já haviam sido acolhidos mais de uma vez. Para Almeida et al. (2011) e Cavalcante et al. (2014) alguns desses acolhimentos são desnecessários, considerando haver outras alternativas que visam a reestruturação familiar, como a inserção em programas de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, de qualificação educacional, profissional e demais serviços e programas a depender da demanda familiar.

Nos SAI's da Grande Aracaju, geralmente, os acolhidos possuem irmãos na mesma situação (55,36%), entretanto, 30,65% não estão acolhidos no mesmo SAI. O que esta em desacordo com o determinado pelo reordenamento, o PNCFC e as Orientações Técnicas, que mostram que os irmãos devem ser acolhidos no mesmo SAI para que haja a manutenção dos seus vínculos.

A preservação dos vínculos fraternais entre irmãos, além de ser um direito estabelecido no artigo 92 do ECA é muito importante, principalmente no SAI, pois oportuniza a formação de uma relação de afeto e cuidado entre eles, que consiste num conjunto de elementos de proteção e está relacionado ao desenvolvimento social, afetivo e cognitivo dos irmãos mais novos. Os irmãos mais velhos tendem a se preocupar e defender os mais novos, inclusive nas agressões físicas ou verbais (Almeida et al. 2011; Oliveira & Pereira, 2011).

Parte da sociedade presume que as crianças e adolescentes acolhidos em instituições não tem família, no entanto, os achados neste estudo demonstram que além de terem família esses acolhidos, ainda, possuem vinculação familiar, dado semelhante ao que já foi assinalado em outros estudos realizados no território brasileiro (Rossetti-Ferreira et al., 2012; Assis e Farias, 2013; Ianelli, 2015). Famílias de origem que demonstram resistência em aderir a tratamentos e acompanhamentos

necessários para o retorno do acolhido acabam reduzindo a possibilidade do acolhido ir para uma família substituta, pois, o “poder familiar” não sendo destituído da família de origem não há como inserir o acolhido em outra família. Isso explica o fato de verificarmos tantos acolhidos na Grande Aracaju que não estão aptos à adoção.

Nos SAI's estudados os acolhidos, geralmente, possuem um ou ambos os genitores vivos, semelhante às pesquisas de Dozier (2012) e Mccall (2013) onde os responsáveis consideram o acolhimento uma oportunidade para a manutenção das necessidades básicas de seus filhos, já que não possuem condições de supri-las. Entretanto, Rocha et al. (2015) indica que a família não vê o acolhimento como uma medida necessária e que este afastamento acarreta prejuízos aos vínculos familiares.

Em relação ao motivo do acolhimento, a maior ocorrência nesta pesquisa foi a exposição à situação de risco e vulnerabilidade, seguida por negligência, o que diverge de vários estudos que demonstram ser mais comum a negligência (Rossetti-Ferreira et al., 2012; Assis & Farias, 2013; Cavalcante et al., 2014a; Cavalcante et al., 2014b; Silva et al., 2014). Entretanto, negligência é um tipo de risco que a criança/adolescente sofre na família e foi também apontada pelos responsáveis como principal motivo para a medida de proteção. Observou-se que essa situação de discordância pode estar relacionada ao fato do preenchimento dos prontuários ser realizado pela equipe técnica nos SAI's sem haver padronização. Ademais, o conceito de negligência é difícil de ser delimitado, pois, se caracteriza como um fenômeno complexo que não se limita às dificuldades parentais, mas abrange todo um contexto social, econômico e dinâmico, conforme aponta Almeida (2009).

Estudos como o levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento (Assis & Farias, 2013) e o de Cavalcante et al. (2014a) que fez uma análise comparando o perfil dos acolhidos em Belém entre 2004 e 2009, mostram que uma parcela das crianças acolhidas por negligência familiar foi encontrada sem a presença de um responsável em um local ou horário impróprio a sua idade; em casa sozinha ou com irmãos pequenos em condições precárias de higiene, saúde e nutrição; em atividades laborais, mendicância ou demais práticas ilícitas. Estas situações são vistas como indício dos riscos vivenciados pelas crianças e adolescentes e da situação de vulnerabilidade que estão expostos.

Um dado importante sobre a relação do sexo com os motivos de acolhimento é o percentual significativo (12,5%) de meninas acolhidas por terem sofrido agressão sexual em Aracaju, o que é corroborado por vários estudos que demonstram que as mulheres ainda são vistas como um objeto sexual (Martins & Jorge, 2010; Blake et al., 2014; Soares et al., 2016). Dozier et al. (2012), trazem

como fatores de risco ao abuso sexual o desemprego prolongado de algum dos cônjuges, o que provoca insegurança, instabilidade financeira, sensação de impotência e ócio; uma separação dos pais sem definição das responsabilidades com os filhos; além do abuso do álcool e outras drogas pelos responsáveis.

Quando o motivo de acolhimento é a exposição a situações de risco, há predominância do sexo masculino (73,2%). Essa situação de risco ocorre primordialmente no contexto extrafamiliar, e com os meninos por demonstrarem mais regularidade nas condutas agressivas e se envolverem em contextos de brigas, lutas, vandalismos e crimes (Braga & Dell'aglio, 2012).

A dificuldade financeira aparenta ser a mola propulsora de vários motivos do acolhimento, e apesar de existirem políticas públicas para minimizá-la, há uma propensão a usar o Acolhimento Institucional como solução dos problemas decorrentes dela. Azor e Vectore (2008) afirmam que a violência estrutural é característica da nossa sociedade e que esta desigualdade social fomenta a violação de direitos, assim a ausência de recursos financeiros, da rede familiar e comunitária acabam servindo como motivo para o acolhimento (Serrano, 2011; Cavalcante et al., 2014b).

O PNCFC determina que as famílias que tenham filhos em Acolhimento Institucional sejam inseridas em programas de acompanhamento familiar, assim como a rede de interlocução deve ser acionada para que haja a reestruturação familiar. No estudo da Grande Aracaju foi identificado que estes mecanismos foram utilizados, o que não significa, necessariamente, que houve adesão aos tratamentos e acompanhamentos propostos, como pode ser verificado pela equipe técnica, através do sistema de contra referência do serviço solicitado.

A pesquisa nos SAI's da Grande Aracaju mostrou que a média do período de acolhimento entre meninos e meninas foi similar aos dados encontrados em outros estudos (Serrano, 2011; Silva et al., 2014) tendo como período mínimo de acolhimento (1 dia), o período máximo (41 meses) e mediana de um mês (1-3). A situação onde o acolhimento é prolongado acarreta fragilidade dos vínculos familiares, pois, há uma gradativa diminuição nas visitas ao acolhido e uma diminuição na possibilidade de retorno ao convívio familiar.

A genitora é a figura mais presente desde o momento do acolhimento, configurando-se o maior vínculo conforme Azor e Vectore (2008), Fukuda et al. (2013), Cavalcante et al. (2014b) e Silva et al. (2014). O pai é pouco presente ou uma figura inexistente para os acolhidos, tendo em vista os responsáveis não conviverem juntos e ele não compartilhar as responsabilidades dos filhos. No entanto, a maioria das genitoras vive com novos companheiros e apresentam idade em torno de 29 a 40 anos.

Uma discussão importante a ser feita é sobre a invisibilidade da família, estudos (Azor & Vectore, 2008; Siqueira & Dell'aglio, 2010; Serrano, 2011; Cavalcante et al., 2014a) mostram que dados acerca da escolaridade, ocupação, tamanho da família, renda, etc., não constam na maioria das pastas dos acolhidos, situação semelhante a que ocorreu nesta pesquisa. Os poucos dados obtidos sobre estas questões mostram que a maioria tinha baixa escolaridade, subempregos, renda menor que um salário e famílias numerosas, entretanto, não é possível inferir que este é o perfil da família dos acolhidos nos SAI's da Grande Aracaju.

A respeito do município de procedência, os dados dos SAI's da Grande Aracaju são próximos a realidade nacional apontada pelo Levantamento Nacional (IPEA, 2003), onde os acolhimentos acontecem em grande parte no município de origem do acolhido, para que dessa forma haja a possibilidade da manutenção dos vínculos familiares e comunitários (Ianelli, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados obtidos, nota-se um número expressivo de acolhidos na Grande Aracaju (336) no período entre 2013 a 2015 que apresentavam família e vínculo (69,05%), além disso, houve baixo índice de crianças e adolescentes com o poder familiar destituído e, portanto, aptas para a adoção (17,26%). Tais dados são considerados através de dois pontos relevantes: os motivos para o acolhimento e a política de atendimento dos serviços de acolhimento institucional. Em relação aos motivos para o acolhimento, há uma prevalência na opção “Exposição à situação de risco e vulnerabilidade”, seguida pela negligência dos familiares, nesse sentido, nota-se que tais motivos estão relacionados às condições socioeconômicas e os níveis de instruções que estes pais (ou responsáveis) apresentavam. No que se refere a política de atendimento dos serviços de acolhimento institucional verifica-se que existe a orientação para que o acolhido seja reinserido na família de origem e, portanto, são acionados os serviços necessários para que seja sanada a dificuldade que levou ao acolhimento, entretanto, por vezes, pela família não aderir às orientações ou mesmo por haver dificuldade na oferta de determinados serviços, esta família continua apresentando os mesmos problemas que causaram o acolhimento. Dessa forma, a equipe tende a reiniciar todo o processo para tentar a reinserção, essa insistência em fazer com que o acolhido retorne a conviver com sua família de origem ou até mesmo a extensa, quando não surte resultados positivos reduz a possibilidade de adoção do acolhido. Assim, é necessário que seja feita uma avaliação minuciosa sobre a possibilidade de adesão desta família de origem nos serviços, como também, a motivação destes familiares para o retorno do acolhido.

Aponta-se para a necessidade de no município de Aracaju não haver especialidades no

acolhimento, visando possibilitar a preservação de vínculos entre os irmãos, tendo em vista este ser o único município que ainda mantém a separação por sexo e faixa etária nos acolhimentos, divergindo, assim, do que é exposto e esperado pelo Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional, de acordo com o PNCFC. Nesse sentido, a convivência com o irmão possibilitará, aos acolhidos, familiares e equipe, maiores benefícios psicossociais no processo de institucionalização, na medida em que gerará o estabelecimento de uma identidade compartilhada e de uma forte vinculação com um familiar mais próximo.

Salienta-se que o preenchimento das informações acerca dos acolhidos e de seus familiares é primordial para traçar o perfil dos mesmos, e dessa forma se tornar possível criar políticas públicas que auxiliem na diminuição dos efeitos e dos números de acolhimentos.

REFERÊNCIAS

Almeida, I. G, Maehara, N. P., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2011). A perspectiva da criança em acolhimento institucional sobre sua rede social: a importância do relacionamento entre irmãos. Em M. C. Rossetti-Ferreira; S. A. Serrano; I. G. Almeida (Orgs.). *O acolhimento institucional na perspectiva da criança* (p.119-172) São Paulo: Hucitec.

Assis, S. G., & Farias, L. O. P. (2013). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec.

Azor, A. M. G. C. C. V., & Vectore, C.(2008). Abrigar/Desabrigar: Conhecendo O Papel Das Famílias Nesse Processo. *Estudos De Psicologia (Campinas) [online]*. v. 25, n.1, p. 77-89.

Blake, M.T., Drezett, J., Vertamatti, M. A., Adami, F., Valenti V., Paiva, A. C., ... Abreu, L. C. (2014). Characteristics of sexual violence against adolescent girls and adult women. *BMC Women's Health*. v. 14, n. 15, p. 1-7.

Braga, L. L., & Dell'aglio, D. D. (2012). Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. *Estudos de Psicologia*, v.17, n.3, p.413-420.

BRASIL. (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.**

_____. (2006). Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

_____. (2009) **Lei 12.010 de 03 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências.

Brito, C. O., Rosa, E. M., & Trindade, Z. A. (2014). O Processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas em Psicologia*, v. 22, n 2, p. 401-413.

- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2009). Processos de saúde-doença entre crianças institucionalizadas: Uma visão ecológica. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.14, n. 2, p. 615-625.
- Cavalcante, L. I. C., Araújo, C. R., Góes, E. L. C., & Magalhães, C. M. C. (2014a). Análise das condições sociofamiliares de crianças em acolhimento institucional. *Psicologia Argumento*, v.32, n. 76, p.79-92.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Reis, D. C. (2014b). Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. *Psico*, v. 45, n. 1, p. 90-99.
- Cintra, A. L., & Souza, M. (2010). Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, v. 10, n. 3, p. 809-833.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). (2009). **Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília.
- Dozier, M., Zeanah, C., Wallin, A. R., & Shaffer, C. (2012). Institutional care for young children: review of literature and policy implications. *Social Issues and Policy Review*, v.6, n.1, p.1-25.
- EUROCHILD. Children in alternative care - National Surveys-2nd Edition. 2010. [acessado em 16 dez 2016]. [Disponível em: http://www.eurochild.org/fileadmin/user_upload/Publications/Eurochild_Reports/Eurochild%20Publication%20%20Children%20in%20Alternative%20Care%20%202nd%20Edition%20January2010.pdf].
- Fonseca, A. V.; Fonseca, J. M. H.; Figueirêdo, M. R. M.; Dortas, M. C.; Matos, S. A. A.; Santos, S. F. (2014) Tecendo mudanças: acolhimento institucional para crianças e adolescentes em Sergipe "relatos de experiência". Aracaju: J Andrade, v. 225, n.1, 112p.
- Gaspar, J. P., Alcofarado, J. L., & Santos, E. J. (2015). Respostas educativas para menores em risco: estudo de caso duplo da institucionalização em lares de infância e juventude. *Polêmica*, v. 15, n.1, p. 01-20.
- Herrán, A., Barriocanal, C. G., & Martínez, A. I. (2008). Valoración del acogimiento residencial en centros de protección de menores: las vivencias de los jóvenes y sus familias. *Tendências Pedagógicas*. v. 13, p. 193 – 210. [acessado em 22 jul 2016]. Disponível em: <https://repositorio.uam.es/handle/10486/4711>
- Ianelli, A. M., Assis, S. G., & Pinto L. W. (2015). Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 20, n. 1, p. 39-48.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2003). Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede de serviço de ação continuada (SAC). Relatório de pesquisa número 01. Brasília.
- Instituto de Segurança Social (ISS). (2015). Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens em 2015. Lisboa.
- Martins, C. B. G., & Jorge, M. H. P. M. (2010). Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do país. *Texto Contexto Enfermagem*, v.19, n.2, p. 246-55.
- Mccall, R. B. (2013). The consequences of early institutionalization: can institutions be improved? – should they? *Child Adolesc Ment Health*. v.18, n.4, p. 193-201.

Oliveira, C. A., & Pereira, E. G. (2011). Estudo sobre a Lei Nacional de Adoção: institucionalização, acolhimento familiar e cadastros. *Contextos Clínicos*, v. 4, n. 2, p. 113-122.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Relatório da Relatora Especial sobre as questões das minorias na sua missão ao Brasil (2016). **Onu-Brasil**. Disponível em: < <http://www.refworld.org/docid/56f173324.html> > Acesso em: 19 Dez. 2016.

Pereira, M., Soares, I., Dias, P., Silva, J., Marques, S., & Baptista, J. (2010). Desenvolvimento, Psicopatologia e Apego: Estudo Exploratório com Crianças Institucionalizadas e suas Cuidadoras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 23, n. 2, p. 222-231.

Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios presentes*. Rio de Janeiro: Ed. da PUC-RJ.

Rocha, P. J., Arpini, D. M., & Savegnago S. O. (2015). Significados Atribuídos por Mães Acerca do Acolhimento Institucional, Reintegração e Rede de Atendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 35, n. 1, p.111-124.

Rodriguez, S., Barbosa-Ducharme, M., & Del Valle, J. F. (2013). La Calidad del acogimiento residencial en Portugal y el ejemplo de la evolución española. *Papeles del Psicólogo*. v. 34, n. 1, p. 11-22.

Rosa, E. M., Santos, A. P., Silva, C. R., & Souza, M. R. (2010). Contextos ecológicos em instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia*, v. 15, n. 3, p. 233-241.

Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, I. G., Costa, N. R. A., Guimarães, L. A., Mariano, F. N. T., Sueli, C. P., & Serrano, S. A. (2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia Reflexão e Crítica [online]*. v. 25, n. 2, p. 390-399.

Salina-Brandão, A., & Williams, L. C. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia Reflexão e Crítica. [online]*. v.22, n.3, p. 334-352.

Save the Children. (2009). *Keeping children out of harmful institutions: Why we should be investing in family-based care*. London, United Kingdom: Save the Children. Disponível em: <https://www.savethechildren.org.uk/sites/default/files/docs/Keeping_Children_Out_of_Harmful_Institutions_Final_20.11.09_1.pdf > Acesso em: 19 Dez. 2016.

SERGIPE. **Institui o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, aos Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS**. Lei Estadual nº 7251, de 31 de outubro de 2011.

Secretaria de Estado da Mulher, Assistência e Inclusão Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos (SEIDH). *Inclusão social*. Sergipe, 2015. Disponível em: <<http://www.agencia.se.gov.br/>> Acesso em: 16 Dez. 2016.

Serrano, S. A. (2011). Quem são as crianças institucionalizadas e suas famílias? Refletindo sobre os indicadores de abrigamento em Ribeirão Preto. In M. C. Rosset-Ferreira, S. A. Serrano, I. G. Almeida (Orgs.), *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*. São Paulo: Hucitec Editora.

Silva, T. S. R., Magalhães, C. M. C., & Cavalcante, L. I. C. (2014). Interações entre avós e netos em instituição de acolhimento infantil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. v. 66, n. 1, p. 49-60.

Siqueira, A. C., & Dell’aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão da literatura. *Psicologia e Sociedade*, v. 18, n. 1, p.71-80.

Soares, E. M. R., Da Silva, N. L. L., De Matos, M. A. S., Araújo, E. T. H., Da Silva, L. D. S. R., & Lago, E. C. (2016). Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. *Revista Interdisciplinar*, v. 9, n. 1, p. 87-9.

Souza, F. H. O., & Brito, L. M. T. (2015). Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. *Psicologia Clinica*, v. 27, n.1, p. 41-57.

TAVARES, M. S. (2005). *Crianças e adolescentes em situação de abrigo: um retrato em branco e preto*. (Vol. 1, 1a ed., pp.33-35)Aracaju: Infographics.

Wiik, K. L., Loman, M. M., Ryzin, M. J. V., Armstrong, J. M., Essex, M. J., Pollak, S. D., & Gunnar, M. R. (2010). Behavioral and emotional symptoms on post-institutionalized children in middle childhood. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v.52, n.1, p.56-63.

5.2 ARTIGO 2

Caracterização dos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças E Adolescentes No Território da Grande Aracaju, SERGIPE/BRASIL¹

RESUMO

O Acolhimento Institucional é uma medida de proteção para crianças e adolescentes de caráter excepcional e provisório. A avaliação do funcionamento e dos funcionários dos SAI's é um tema de relevância social, pela preocupação quanto ao tipo de serviços ofertados a essa população. Neste cenário, esta pesquisa tem por objetivo identificar as características dos funcionários e do funcionamento dos serviços de acolhimento institucional no território da Grande Aracaju/ Sergipe no período de 2013 a 2015. Tratou-se de um estudo quantitativo, que utilizou formulários para esta caracterização. Foram pesquisados 96 funcionários, sendo 93,7% (59) mulheres, entre 25 a 35 anos 49,2% (31). As oito coordenadoras eram mulheres, 37,5% (3) recebiam entre 2 e 4 salários mínimos; 50% (4) eram casadas e tinham filhos. Todos SAI's pesquisados tinham sala de TV, área de lazer e cozinha; 54,5% (6) sala de estudos; 27,3% (3) não tinham sala da equipe técnica; 90,9% (10) mantinha diálogo com o Ministério Público e programas municipais de diversas áreas; e todos SAI's tinham diálogo com o Conselho Tutelar, poder judiciário e programas da assistência social. Identificou-se a necessidade de qualificação para os funcionários, visto o alto índice de desconhecimento das questões políticas e legais que perpassam o universo infanto-juvenil.

Palavras-chave: Funcionários; Acolhimento Institucional; Avaliação.

FUNCTIONING OF INSTITUTIONAL SERVICES OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN THE TERRITORY OF GRANDE ARACAJU, SERGIPE / BRAZIL

ABSTRACT

The Institutional Reception is a protection measure for children and adolescents of exceptional and provisional character. The evaluation of the functioning and the employees of the SAIs is a subject of social relevance, due to the concern about the type of services offered to this population. In this scenario, this research aims to identify the characteristics of the employees and the operation of institutional reception services in the territory of Grande Aracaju / Sergipe in the period from 2013 to 2015. It was a quantitative study, which used forms for this characterization. 96 employees were surveyed, with 93.7% (59) women, 25-35 years old 49.2% (31). The eight coordinators were women, 37.5% (3) received between 2 and 4 minimum wages; 50% (4) were married and had children. All SAI's surveyed had TV room, leisure area and kitchen; 54.5% (6) study hall; 27.3% (3) did not have a technical staff room; 90.9% (10) maintained a dialogue with the Public Ministry and municipal programs in various areas; And all SAI's had dialogue with the Tutelary Council, judiciary and social assistance programs. It was identified the need for qualification for the employees, given the high level of ignorance of the political and legal issues that permeate the universe of children and youth.

Keywords: Staff; Institutional Reception; Evaluation

¹ Submetido no periódico "Acta Scientiarum – Human and Social Sciences", conforme comprovante em anexo, e normas de publicação.

INTRODUÇÃO

O Acolhimento Institucional (AI) é uma das nove medidas de proteção aos direitos de crianças e adolescentes que estão contidas no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990). O AI se configura como uma modalidade excepcional e provisória de proteção à criança e ao adolescente, que deve visar o retorno dos acolhidos para sua família. Para a manutenção e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) se configura como a instituição responsável pelo cumprimento desta medida e é dividido em duas modalidades: Casa-lar (com capacidade máxima de 10 acolhidos) e Abrigo Institucional (com capacidade máxima de 20 acolhidos).

O levantamento nacional de SAI's que foi realizado por Assis e Farias (2013) mostrou que havia 2.624 SAI's e 144 Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora no país, divididos em 1.157 municípios das 27 unidades da federação. Os SAI's pesquisados tinham capacidade de atendimento para 52.587 crianças e estavam atendendo 70% de sua capacidade (36.929). Com relação à distribuição destes serviços por estados, os pesquisadores verificaram que nas regiões Norte e Nordeste estava o menor número de SAI's, com exceção de Roraima, Acre, Amapá e Sergipe que possuíam entre 2,2 a 4,1 SAI's por 100.000 crianças/adolescentes. Como o número de acolhimentos é variável, não há um número ideal de SAI's por habitantes, existe, apenas, a orientação que municípios de pequeno porte (até 50.000 habitantes) tenham um SAI de gestão própria ou um consórcio com até três municípios circunvizinhos.

No estado de Sergipe, em 2015, existiam trinta e três SAI's dispostos nos oito territórios (treze na Grande Aracaju, oito no Sul Sergipano e nos demais territórios - Médio Sertão Sergipano, Alto Sertão Sergipano, Agreste Central, Leste Sergipano, Baixo São Francisco e Centro Sul Sergipano - com dois SAI's cada) sendo 14 na modalidade “Abrigo Institucional” e 19 na modalidade Casa-lar, Secretaria de Estado da Inclusão e Desenvolvimento Humano [SEIDH] (2015).

Estudos que se dedicaram ao tema acolhimento institucional como Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009), que discute questões relacionadas aos acolhidos entre 2004 a 2005 em Belém; Cintra e Souza (2010) que realizou o estudo a partir da pesquisa bibliográfica sobre o acolhimento no território Brasileiro; e Salina-Brandão e Williams (2009) que trouxeram dados referentes à qualidade dos abrigos em uma cidade localizada no interior de São Paulo; assinalaram que é uma temática complexa e com diversos desdobramentos, podendo ser analisados desde aspectos históricos, sociais, legais, culturais e psicológicos. Assim, se configura numa temática de estudo interdisciplinar focada,

essencialmente, no desenvolvimento da clientela.

A avaliação do funcionamento dos SAI's e de seus funcionários se mostra um tema de relevância social, pela preocupação quanto ao tipo de serviços que atendam de uma melhor forma às necessidades específicas dessa população. A partir da Lei Nacional da Adoção (Lei n. 12010 de 2009), passou a prevalecer o princípio de atendimento local do acolhido ou o mais próximo possível de sua comunidade, a avaliação semestral e a diminuição do número de acolhidos em cada serviço.

Para viabilizar a implantação dos SAI's no estado de Sergipe, em 2011, foi realizado um mapeamento no estado e aprovada a Lei de Cofinanciamento Estadual, que facilitou a implantação dos serviços nos municípios que se encaixavam nesta categoria. Assim, se iniciou o reordenamento dos SAI's, sendo que os municípios que aderiram ao mesmo passaram a acolher crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos de ambos os sexos, como preconiza o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC e a Lei Nacional de Adoção (Brasil, 2006; Brasil, 2009; SEIDH, 2015). Entretanto no território da Grande Aracaju, o município de Aracaju até o ano de 2016, continuava com a separação por sexo ou faixa etária, o que se contrapõe com os objetivos do reordenamento de não haver especialidade no acolhimento.

Estudos feitos em Sergipe sobre essa questão são escassos, sendo limitados principalmente ao município de Aracaju, como as averiguações realizadas pelo Ministério Público de Sergipe nas instituições a fim de observar as condições de funcionamento das mesmas; os escritos de Tavares (2005), baseados num estudo realizado pela antiga Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania sobre a situação dos abrigos em Aracaju, e Souza e Brito (2015) que fizeram uma discussão sobre pesquisas que analisaram a execução do acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju.

Diante dessa conjuntura, este estudo teve como objetivo identificar as características dos funcionários e do funcionamento dos Serviços de Acolhimento Institucional no território da Grande Aracaju/Sergipe.

MÉTODO

Trata-se de um estudo quantitativo de caracterização dos Serviços de Acolhimento Institucional (SAI's) de crianças e adolescentes no território da Grande Aracaju e dos seus funcionários, no período de 2013 a 2015.

Participantes

O território da Grande Aracaju contava em 2015/16 com 13 SAI's, seis no município de

Aracaju, dois em Nossa Senhora do Socorro, e os demais municípios - Laranjeiras, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros, Itaporanga D'Ajuda e Santo Amaro das Brotas - com um SAI cada.

Todos os SAI's foram contatados para visita. Verificou-se que dois estavam sem funcionar por falta de demanda de atendimento – em Santo Amaro das Brotas e Itaporanga D'Ajuda. Assim, fizeram parte da pesquisa 11 SAI's localizados na região circunscrita, que são coordenados por oito profissionais, visto que os dois do município de Nossa Senhora do Socorro possuem apenas uma coordenadora e as três casas-lares de Aracaju tem uma coordenadora.

Todos os funcionários das instituições foram convidados a responder o questionário com variáveis para caracterizar as equipes de trabalho dos SAI's. Estima-se que os 63 sujeitos que participaram da pesquisa representem cerca de 90% dessa população, pois, encontrou-se dificuldade para levantar o número exato de funcionários em Aracaju, uma vez que algumas coordenações não souberam informar. Também não foi possível entrevistar funcionários da guarda municipal que permaneciam nas instituições somente em plantão noturno.

Instrumentos e procedimentos

Inicialmente, solicitou-se a juíza da 16ª Vara da Infância e Juventude autorização para utilização dos dados contidos nos prontuários dos acolhidos do município de Aracaju (6). Após a autorização da mesma, contatou-se as coordenadoras de todos os SAI's da Grande Aracaju (13) e em seguida foram endereçadas as solicitações para realização da pesquisa, que continham a natureza e os objetivos da pesquisa. Após a aceitação dos mesmos, verificou-se que dois SAI's (Santo Amaro das Brotas e Itaporanga D'Ajuda) não se enquadravam no critério de inclusão.

Seguiu-se com as visitas aos SAI's para coleta de dados. Foram utilizados dois formulários para preenchimento dos dados relativos às características dos SAI's, constituídos de questões fechadas e abertas para o levantamento de informações sobre as variáveis: características da equipe e dos Serviços de Acolhimento Institucional.

Utilizou-se como parâmetro para a montagem dos formulários, instrumentos validados para coleta de dados semelhantes (Lima, 2012; Serrano, 2011). O Caderno do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, Ministério do Desenvolvimento Social [MDS] (2013) e o Levantamento Nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede de serviço de ação continuada, Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada [IPEA] (2003), foram as principais fontes para os instrumentos. Um dos formulários foi preenchido pela equipe técnica e de apoio dos SAI's, cujas variáveis tiveram o objetivo de levantar o perfil dos funcionários dos serviços, o outro formulário foi preenchido pelas coordenadoras, e tratou também da estrutura física e organizacional dos serviços, das ações

desenvolvidas para o acolhido e sua família e formas de interlocução com a rede de atenção psicossocial.

Os dados foram tabulados para as análises, onde as variáveis numéricas (quantidade de cômodos dos SAI's e serviços próximos à instituição) foram testadas por meio do teste de Shapiro-Wilk quanto à distribuição de normalidade.

As variáveis paramétricas (faixa etária e tempo que as coordenadoras exercem a função) foram apresentadas por meio da média, desvio padrão e intervalos de confiança (IC) de 95%. As variáveis não paramétricas (idade dos funcionários e carga horária das coordenadoras) foram apresentadas por meio da mediana e seus quartis (1º e 3º quartil).

As variáveis categóricas (dados sociodemográficos e contratuais da equipe; faixa etária, formação, participação em órgãos colegiados e treinamento das coordenadoras; natureza da instituição; manutenção das despesas; orientação religiosa; especialidade no acolhimento; quem encaminha os acolhidos; localização dos SAI's; placa de identificação; tipo e condições do imóvel; ações desenvolvidas para o acolhido, com sua família e interlocução com a rede) foram apresentadas por meio das frequências absolutas e relativas.

Para tais análises foram aplicados os testes do Qui-quadrado ou exato de Fischer com auxílio do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS 15.0), adotando-se nível de significância a 5%.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIT, com o parecer nº 1.611.766 e autorizado pela 16ª Vara da Infância e Juventude, através do processo nº 201511600901.

RESULTADOS

Funcionários que trabalham nos SAI's da Grande Aracaju/Sergipe

A pesquisa foi realizada com 63 funcionários que fazem parte das equipes técnicas (psicólogo, assistente social, pedagogo) e de apoio (cuidador, cozinheiro, educador, e serviços gerais). A mediana de idade dos funcionários (Tabela 3) dos SAI's da Grande Aracaju, Sergipe foi de 35 anos (31-48).

Tabela 3: Características sociodemográficas e laborais dos funcionários dos SAI's da Grande Aracaju, Sergipe/Brasil. 2013 a 2015.

	n	%
Sexo		
Masculino	4	6,3
Feminino	59	93,7
Faixa etária		
25 a 30	14	22,2
31 a 35	17	27
36 a 40	6	9,5
41 a 45	5	7,9
46 a 50	7	11,1
51 a 55	6	9,5
56 a 60	3	4,8
61 a 65	1	1,6
Não informado	4	6,3
Escolaridade		
Superior completo	22	34,9
Superior incompleto	4	6,3
Ensino Médio Completo	24	38,1
Ensino Médio Incompleto	5	7,9

Ensino Fundamental Completo	1	1,6
Ensino Fundamental Incompleto	6	9,5
Não informado	1	1,6
Treinamento para a função		
Sim	28	44,4
Não	35	55,6
Tipo de contrato das equipes		
Estatutário	17	27
Cargo Comissionado	10	15,9
Prestação de serviços por tempo determinado	18	28,6
CLT	15	23,8
Não informado	3	4,8
Carga horária das equipes por horas		
12 a 19	2	3,2
20 a 25	4	6,4
30 a 40	24	54
42 a 45	11	18,5
46 a 48	8	12,7
Não informado	4	6,3

A maioria dos funcionários das equipes dos SAIs (92,1%) nunca havia participado de nenhum órgão colegiado. Dentre os que participaram, 2 foram membros do fórum DCA (Direitos da

Crianças e Adolescentes), 1 do CT (Conselho Tutelar) e 1 do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Crianças e Adolescentes).

Em relação a ter experiência prévia com o público alvo, a maioria dos funcionários (62%) já havia trabalhado anteriormente em outros locais com crianças e adolescentes; 34,9% (22) nunca tinham atuado com este público e 3,1% (2) não informaram. Quanto ao principal motivo/estímulo motivacional para trabalhar nos SAI's, 44,4% dos funcionários relataram motivação profissional; 25,4% alegaram que foram designados; 12,7% convidados e 17,5% não responderam.

Quanto a renda, 54,1% dos funcionários apresentava uma renda de até 2 salários mínimos; 26,2% tinham de 2 a 4 salários; 9,8% de 4 a 10 salários; 3,3% de 10 a 20 salários e 6,6% não informaram. Aproximadamente 60% dos funcionários possuíam moradia própria, 42,9% relataram não ter companheiros e 69,9% tinham filhos. Com relação a dedicação integral ao SAIs, 62% possuíam outros vínculos laborais, enquanto 34,9% não trabalhavam em outro local e 3,1% (2) não informaram.

Perfil das coordenadoras dos SAI'S da Grande Aracaju/Sergipe

Os 11 SAI's pesquisados na Grande Aracaju possuíam 8 coordenadoras. Apesar de o estipulado ser um coordenador para cada SAI, nota-se que em alguns serviços - nas três Casa-lar de Aracaju e os dois Abrigos Institucionais Institucional' em Socorro - haviam coordenadores responsáveis por mais de um SAI no seu município.

Tabela 4: Características sociodemográficas e laborais das coordenadoras dos SAI's da Grande Aracaju, Sergipe/Brasil. 2013 a 2015.

	n	%
Faixa etária		
28 a 34	1	12,5
35 a 45	1	12,5
46 a 49	5	62,5
Não informado	1	12,5

Formação		
Economia	1	12,5
Pedagogia	2	25
Psicologia	1	12,5
Psicopedagogia	1	12,5
Serviço Social	3	37,5
Treinamento		
Sim	2	25
Não	5	62,5
Não informado	1	12,5
Órgão Colegiado		
Conselho Tutelar	1	12,5
CMDCA	1	12,5
Fórum DCA	1	12,5
Nenhuma	4	50
Não informado	1	12,5
Carga horária por horas		
20	1	12,5
30	1	12,5
40	5	62,5
44	1	12,5

Tempo de serviço por meses		
7	1	12,5
11	1	12,5
24	1	12,5
27	1	12,5
36	1	12,5
60	1	12,5
Não informado	2	25

A respeito da equipe de coordenação, todas eram mulheres, na faixa etária de 28 a 49 anos, e média de 42,14 anos ($\pm 8,0$), tendo como tempo de função a média de 27,5 meses ($\pm 19,14$) e carga horária média de 36,75 horas ($\pm 7,85$) (Tabela 4). Dentre as oito coordenadoras, que eram responsáveis pelos onze SAI's pesquisados, 75% já haviam trabalhado em outros locais; 50% foram convidadas para desempenhar tal função e 87,5% tinha dedicação exclusiva.

Referente às condições de vida e relações pessoais das coordenadoras dos SAI's da Grande Aracaju, 87,5% (7) apresentavam casa própria; 37,5% (3) recebiam entre 2 e 4 salários mínimos; 50% (4) eram casadas e 37,5% (3) solteiras; 50% (4) afirmaram ter filhos.

Infraestrutura física e operacional dos SAI's da Grande Aracaju/Sergipe

Todos os serviços pesquisados apresentavam sala de TV, área de lazer e cozinha. Em 45,5% (5) haviam quatro quartos; em 54,5% (6) três banheiros e sala de estudos; e 63,6% (7) possuíam lavanderia e refeitório. Sobre a sala da equipe técnica, 27,3% (3) serviços não tinham esse cômodo. A dependência para funcionários estava presente em 45,5% dos SAI's (5), sendo que 5 não responderam sobre a existência desse cômodo.

Dos onze SAI's pesquisados 27,3% (3) tinham especialidade no atendimento; 54,5% (6) eram municipais e 45,5% (5) ONG – Organização não governamental; todos mantinham as despesas através de convênios, no entanto 9,1% (1) também recebiam doações e 9,1% (1) além das doações tinha parcerias. Os SAI's possuíam registros nos conselhos municipais, sendo que 90,9% (10) eram registrados no Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA), e 54,5%

(6) no Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS). Dentre as crianças e adolescentes acolhidos, 54,5% (6) foram encaminhados pela justiça (comarca e vara da infância e juventude) e 45,5% (5) pelo conselho tutelar.

No que concerne aos imóveis onde funcionam os SAI's, apenas 12,5% (1) não possuía placa de identificação; 45,5% (5) eram próprios, 45,5% (5) alugados e 9% (1) cedido; 27,35% (3) foram construídos para atuarem como SAI; 90,9% (10), a maioria, encontrava-se em bom estado de conservação, possuíam esgotamento sanitário e condições de segurança para a equipe e acolhidos; todos tinham condições de higiene, ventilação e iluminação adequadas.

Próximos aos 11 SAI's pesquisados existiam alguns órgãos e serviços disponíveis, em 90,9% (10) dos SAI's existiam escolas, igrejas, ponto de ônibus e comércio em geral; em 72,7% (8) farmácias, praças e quadra de esportes; em 63,3% (7) hospitais; em 54,4% (6) delegacias e UBS; em 36,4% (4) feiras livre e em 27,3% (3) creches.

Em referência à quantidade de crianças e adolescentes por dormitório, 27,3% (3) tinham 3 acolhidos por dormitório, 9,1% (1) 4 acolhidos por dormitório, 36,4% (4) 6 acolhidos por dormitório e 9,1% (1) 8 acolhidos por dormitório, 18,2% (2) não responderam. Em 90,9% (10) dos SAI's as crianças possuíam pertences individuais; em 81,8% (9) havia espaços individuais para os acolhidos guardarem seus pertences e estes espaços eram de fácil acesso em todas as instituições.

No tocante às atividades ofertadas pelas instituições, todos os SAI's ofertavam atividades educacionais, culturais, atendimento psicológico, médico e odontológico, 90,9% (10) tinham atividades religiosas e sociais, 81,8% (9) atendimento jurídico e 72,2% (8) possuíam atividades esportivas. Todos os SAI's desenvolvem ações visando à reintegração familiar.

Ao verificar se as instituições possuíam interlocução com a rede de SGD – Sistema de Garantia de Direitos, 90,9% (10) mantinham diálogo com o Ministério Público e com programas municipais de diversas áreas, 72,7% (8) com o CMDCA, 63,6% (7) com ONGs e todos SAI's tinham diálogo com o Conselho Tutelar, poder judiciário e programas da assistência social. Entretanto 54,5% (6) apresentavam problemas com esta rede SGD, principalmente, por haver entraves em alguns setores que dificultavam ou impossibilitavam a o fluxo da mesma.

Dos 10 SAI's que responderam 70% (7) desenvolvem estratégias para um novo acolhimento, assim como propostas pedagógicas para as instituições. Todas as instituições tinham organização para suas rotinas diárias e festividades e todos acolhidos estão inseridos na comunidade.

Acerca dos horários de visitas, 90,9% (10) dos SAI's possuíam horários específicos para visitas e todos estão abertos a flexibilização dos horários. Existe supervisão da equipe nas visitas aos

acolhidos em 7 (63,6%) SAI's; os registros destas visitas ocorriam em 90,9% (10) dos SAI's. Todos possuíam trabalhos de preparação do acolhido para o desligamento; e havia incentivo à convivência com outras famílias em 90,9% (10) dos SAI's. De seis SAI's que responderam, 27,3% (3) relataram ter voluntários.

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo viabilizou a análise das características das instituições de acolhimento e de seus funcionários.

Os SAI's da Grande Aracaju estão de acordo com as orientações técnicas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [CONANDA] (2009), que estabelecem uma equipe mínima para atender as necessidades dos acolhidos. Sendo esta equipe composta, nos abrigos institucionais, por coordenador, assistente social, psicólogo, um educador e um auxiliar para cada dez acolhidos. E nas casas-lares coordenador, assistente social e psicólogo para cada vinte acolhidos, em até três casas-lares, além de um educador residente e um auxiliar para cada dez acolhidos.

A presença feminina entre os funcionários dos SAI's, correspondente a 93,7%, é algo que remonta ao surgimento dos acolhimentos, nos quais as responsáveis pelo acolhidos eram mulheres religiosas, sem treinamento, com uma carga exaustiva e nenhuma recompensa financeira. Apesar das Orientações Técnicas nortearem que o serviço tenha continuidade (funcionários efetivos), há um alto índice de rotatividade dos funcionários, tendo em vista que apenas 27% é servidor público efetivo, além dos baixos salários, excesso de trabalho e/ou carga horária, assemelhando-se aos dados encontrados no levantamento nacional de Assis e Farias (2013).

Observa-se dificuldade na interação e troca de estímulos e experiências entre eles e os acolhidos, ficando a equipe mais voltada a suprir as necessidades básicas (alimentação, higiene e saúde) dos acolhidos, o que por vezes acontece por falta de preparo e excesso de atribuições (Cavalcante, Magalhães, & Reis Cavalcante, 2014). Lacerda e Guimarães (2011) acreditam que é urgente o preparo destas equipes para que possam atender as necessidades dos acolhidos.

Cada acolhido apresenta uma necessidade distinta, mas quando não é atendida de forma personalizada pode acarretar dificuldades no desenvolvimento do acolhido (Pereira, M., Soares, I., Dias, P., Silva, J., Marques, S., & Baptista, Pereira, et al., 2010).

Existem variações entre as instituições de país para país, dentro do próprio país, e ao longo do tempo, mas algumas características são comumente relatadas, como as estruturas físicas que embora algumas sejam adequadas, podem ser bastante escassas; o grande número de acolhidos; sistema de plantão dos cuidadores; interações entre cuidador e criança tende a ser limitadas e

superficiais; algumas destas semelhanças estruturais e de atendimento são em detrimento de normas e orientações seguidas pelas instituições (Mccall, 2013; Ministério de Inclusión Económica y Social [MIES] de Quito - Ecuador 2014). No Brasil as diretrizes que norteiam como deve ser a estrutura e a forma de se ofertar esse serviço são: a Lei Nacional de Adoção e o PNCFC (Brasil, 2006; Brasil, 2009).

Destarte, o SAI deve se assemelhar a uma residência e interagir com a comunidade que faz parte, seja através da utilização dos serviços disponíveis naquele local, ou com as próprias pessoas ao seu entorno, por isso, não deve haver nenhum tipo de identificação (placa) no SAI que aponte que se trata de uma instituição, situação destoante em um SAI pesquisado. Outro fator importante é o respeito a religiosidade de cada um, não devendo ‘o SAI’ determinar qual a religião a ser seguida pelo acolhido, o que também pode ser visto em apenas um SAI, onde foi afirmado que os acolhidos praticam a religião católica (Baptista, 2006; MIES, 2014).

Em virtude do reordenamento dos SAI's houve a municipalização dos serviços, que tem como objetivo possibilitar a manutenção dos vínculos familiares do acolhido, tendo em vista que quanto mais próximo da sua localidade de origem, mais fácil será a manutenção e reinserção do acolhido na sua família e comunidade, viu-se que os SAI's da Grande Aracaju têm seguido esta determinação. A manutenção das despesas é realizada por meio de convênios com os entes federados (Município, Estado e União), um dos SAI além deste convênio tinha parcerias e outro SAI tinha parcerias e também recebia doações.

No município de Aracaju os três SAI's (modalidade abrigo institucional) possuíam especialidade no atendimento, o que está em desacordo com as orientações técnicas, sendo que um apenas acolhe meninas, outro apenas meninos e terceiro acolhe crianças até os seis anos. Essa situação tende a fragilizar os vínculos familiares, pois, geralmente estas crianças e adolescentes são acolhidas com os outros irmãos e por conta deste modelo são separados (por faixa etária ou sexo), o que dificulta a adaptação nos SAI's e causa no acolhido um sentimento de punição, já que além de ter sido retirado da sua família e comunidade, foi separado, novamente, de seu grupo de irmãos (Brito, Rosa, & Trindade, 2014; Cavalcante & Correia, 2012).

A metade dos SAI's da Grande Aracaju relatou ter crianças especiais em acolhimento no momento da pesquisa, isso demonstra que a estrutura física das instituições está de acordo com os padrões de atendimento a pessoas com necessidades especiais, mesmo as que não acolhiam esse público naquele momento estavam preparados para um futuro acolhimento (Wiik et al., 2010; Dozier, Zeanah, Wallin, & Shauffer, 2012; MIES, 2014).

Na estrutura dos SAI's foi verificado que apenas um não possuía aspectos de uma residência, apesar de ter passado por reformas com intuito de adaptar as estruturas, a instituição ainda resguardava um aspecto do modelo anterior de abrigamento, com quartos, refeitórios e banheiros coletivos. Os demais apresentavam estruturas confortáveis, quanto a ventilação e iluminação, com locais específicos para as atividades rotineiras dos acolhidos, como também havia a preocupação com a individualidade dos mesmos, visto que em apenas um SAI os acolhidos não possuíam objetos pessoais individuais e somente dois não dispunham de locais individuais para que eles guardassem seus pertences (Dozier et al., 2012; MIES, 2014; Rocha, Arpini, & Savegnago, 2015).

Como no estudo de Rosa, Santos, Silva e Souza (2010) nesta pesquisa o Conselho Tutelar era o órgão que mais fazia encaminhamentos para o acolhimento, por vezes, cabe uma crítica a esta situação, pois, em alguns casos a rede nunca foi acionada pelo referido órgão sendo o AI a primeira alternativa para a situação, o que vai de encontro ao ECA. A equipe fazia o planejamento das regras de convivência, atividades rotineiras e festivas, pois, apesar de tentar fazer com que o ambiente seja semelhante a uma residência, é necessário, para a manutenção e agilidade do serviço, a criação de algumas regras e de uma rotina a ser seguida, tanto pela equipe como pelos acolhidos, além de planejar os novos acolhimentos.

O processo de reinserção familiar tem início a partir do acolhimento, a equipe começa a analisar cada caso e busca alternativas para a resolução do problema que gerou o acolhimento, neste momento, se faz muito importante a parceria com a rede. A rede de Sistema de Garantia de Direitos (SGD) vai desde o MP e demais órgãos relacionados ao judiciário, a serviços públicos municipais e a sociedade civil, ela tem como meta garantir os direitos das crianças e adolescentes, principalmente daqueles que estão em acolhimento, pois, já tiveram seus direitos violados (Mccall, 2013; Brito et al., 2014).

Os acolhidos são encaminhados a serviços municipais de saúde, educação, assistência social, cultura e outros que sejam necessários, como também seus responsáveis são encaminhados a estes ou outros serviços que possibilitem sanar o motivo do acolhimento e reestruturar a família. Porém a interlocução com esta rede não se dá num fluxo tão contínuo, existem entraves e repasses de responsabilidade entre os atores desta rede, o que dificulta o andamento do processo de reinserção familiar, nossa pesquisa verificou que seis SAI's tinham problemas com a rede de SGD (Cintra & Souza, 2010; Magalhães, Costa, & Cavalcante, 2011; Ianelli, Assis, & Pinto, 2015).

A maleabilidade nos horários e dias de visitas dos acolhidos é muito importante, pois, alguns responsáveis não podem comparecer no dia e horário determinado pela instituição, o estudo

verificou que nos SAI's da Grande Aracaju existe essa visão da equipe, sendo que todos demonstram flexibilidade, como também apenas um não supervisionava e não registrava as visitas, o que tende a dificultar possíveis intervenções com acolhidos e familiares, visto que esses dados são importantes para possibilitar o retorno ao convívio familiar (Oliveira & Pereira, 2011; Brito et al., 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados obtidos sobre os funcionários, verificou-se que houve uma maior prevalência do sexo feminino compondo a equipe técnica dos serviços de acolhimento. Tal indicativo, pode se caracterizar devido ao fato de cargos de trabalho voltados ao cuidado do ser humano serem mais adotados e difundidos como pertencentes ao sexo feminino. Como a maioria dos funcionários ocupam o cargo de cuidador, nota-se que estes, assim como o esperado, possuem o Ensino Médio Completo. Tanto a equipe técnica quanto os demais funcionários dos serviços de acolhimento institucional da grande Aracaju são considerados relativamente jovens, uma vez que a maioria se encontra na faixa etária entre 25 a 35 anos, não chegando à meia-idade.

O baixo percentual de funcionários que realizaram treinamento para desempenhar as respectivas funções nos SAI's aponta a necessidade dos municípios investirem em capacitações iniciais e duráveis, a fim de tornar estes funcionários mais capacitados para desenvolverem ações específicas que visam amenizar as condições de vulnerabilidade dos acolhidos.

Outro dado que merece destaque encontra-se no alto quantitativo de funcionários que nunca participaram de órgãos ligados às políticas em defesa da criança e do adolescente, apontando assim a falta de conhecimento acerca das questões políticas e legais que perpassam o universo infanto-juvenil e a importância de haver qualificação destes funcionários.

O cumprimento dos direitos previstos no ECA e nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento, foi algo presente nos SAI's estudados, quando se refere a parte estrutural e as estratégias de intervenção com a família para promover a reinserção familiar, excetuando-se o município de Aracaju, que está em desacordo com algumas dessas orientações.

É essencial uma melhor articulação com a rede SGD, pois, os entraves que ocorrem no fluxo desta rede tem relação direta com a maior permanência dos acolhidos nos SAI's.

Ressalta-se a importância do preenchimento criterioso dos prontuários ou PIAs dos acolhidos e de seus familiares, pois, essas informações são uma amostra representativa da realidade e podem auxiliar na construção de programas, projetos e políticas públicas que visem minimizar os efeitos do acolhimento, como também diminuir o número de acolhidos.

REFERÊNCIAS

- Assis, S. G., & Farias, L. O. P.; (2013). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec.
- Baptista, M. V. (2006). Um olhar para a história. In: _____ (coord.) *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, p. 24 -36.
- BRASIL. (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.
- _____. Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.
- _____. **Lei 12.010 de 03 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.
- Brito, C. O., Rosa, E. M., & Trindade, Z. A. (2014). O Processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas em Psicologia*, v. 22, n 2, p. 401-413.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2009). Processos de saúde-doença entre crianças institucionalizadas: Uma visão ecológica. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.14, n. 2, p. 615-625.
- Cavalcante, L. I. C., & Corrêa, L. S. (2012). Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. *Cadernos de Pesquisa*, v.42, n.146, p.494-517.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Reis, D. C. (2014). Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. *Psico*, v. 45, n. 1, p. 90-99.
- Cintra, A. L., & Souza, M. (2010). Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, v. 10, n. 3, p. 809-833.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). (2009). **Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília.
- Dozier, M., Zeanah, C., Wallin, A. R., & Shaffer, C. (2012). Institutional care for young children: review of literature and policy implications. *Social Issues and Policy Review*, v.6, n.1, p.1-25.
- Ianelli, A. M., Assis, S. G., & Pinto L. W. (2015). Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 20, n. 1, p. 39-48.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2003). Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede de serviço de ação continuada (SAC). Relatório de pesquisa número 01. Brasília.
- Lacerda, F. S., & Guimarães, L. A. (2011). “Assistir Robocop lá é chato!”: conversando com crianças sobre suas vivências no abrigo institucional. Em M. C. Rossetti-Ferreira; S. A. Serrano; I. G. Almeida (Orgs.). *O*

acolhimento institucional na perspectiva da criança. São Paulo: Hucitec, 235-272,

Magalhães, C. M. C., Costa, L. N., & Cavalcante, L. I. C. (2011). Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Revista Brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, v. 21, n. 3.

Mccall, R. B. (2013). The consequences of early institutionalization: can institutions be improved? – should they? *Child Adolesc Ment Health*. v.18, n.4, 193-201.

Ministério de Inclusión Económica y Social (MIES) de Quito - Ecuador. (2014). *Normas técnicas de la prestación de los servicios en centros de acogimiento institucional*. Quito: MIES. [acessado em 22 jul 2016]. Disponível em: <http://www.inclusion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/03/Norma-e%CC%81cnica-proteccion-social-WEB.pdf>

Oliveira, C. A., & Pereira, E. G. (2011). Estudo sobre a Lei Nacional de Adoção: institucionalização, acolhimento familiar e cadastros. *Contextos Clínicos*, v.4, n.2, p.113-122.

Pereira, M., Soares, I., Dias, P., Silva, J., Marques, S., & Baptista, J. (2010). Desenvolvimento, Psicopatologia e Apego: Estudo Exploratório com Crianças Institucionalizadas e suas Cuidadoras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.23, n. 2, p. 222-231.

Rocha, P. J., Arpini, D. M., & Savegnago S. O. (2015). Significados Atribuídos por Mães Acerca do Acolhimento Institucional, Reintegração e Rede de Atendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.35, n.1, p.111-124.

Rosa, E. M., Santos, A. P., Silva, C. R., & Souza, M. R. (2010). Contextos ecológicos em instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia*, v.15, n.3, 233-241.

Salina-Brandao, A., & Williams, L. C. A. (2009). O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia Reflexão e Crítica*. [online]. v.22, n.3, p. 334-352.

Secretaria de Estado da Mulher, Assistência e Inclusão Social, do Trabalho e dos Direitos Humanos (SEIDH). (2015). *Inclusão social*. Sergipe. [acessado em 16 set 2016]. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br/>

Ministério de Inclusión Económica y Social (MIES) de Quito - Ecuador. (2014). *Normas técnicas de la prestación de los servicios en centros de acogimiento institucional*. Quito - Ecuador. [acessado em 22 jul 2016]. Disponível em: <http://www.inclusion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/03/Norma-e%CC%81cnica-proteccion-social-WEB.pdf>

Souza, F. H. O., & Brito, L. M. T. (2015). Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. *Psicologia. Clínica*, Rio de Janeiro, v. 27, n.1, p. 41-57.

Tavares, M. (2005). Crianças e adolescentes em situação de abrigo: um retrato em branco e preto. Márcia Tavares (org.) Aracaju: Infographics, p.33-35.

Wiik, K. L., Loman, M. M., Ryzin, M. J. V., Armstrong, J. M., Essex, M. J., Pollak, S. D., & Gunnar, M. R. (2010). Behavioral and emotional symptoms on post-institutionalized children in middle childhood. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v.52, n.1, 56-63.

6. CONCLUSÕES

A partir desta pesquisa foi possível identificar que nos SAIs da Grande Aracaju havia uma quantidade significativa de acolhidos (336) no período de 2013 a 2015 que tinham família e vínculos (69,05%) e um baixo índice de acolhidos aptos a adoção (17,26%). Estes dados podem ser visto por dois prismas: os motivos que levaram ao acolhimento e a política de atendimento dos SAIs. Quanto aos motivos que levaram ao acolhimento, houve predomínio na opção “exposição a situação de risco e vulnerabilidade”, acompanhado pela negligencia dos responsáveis, tais motivos nos remetem as condições socioeconômicas e os níveis de instrução que os responsáveis apresentam. Referente a política de atendimento dos SAIs foi identificado a tendência de reinserção do acolhido na família de origem, como é sugerido nas orientações técnicas dos SAIs, para esta reinserção é necessário acionar os serviços e programas para sanar as dificuldades que levaram ao acolhimento, no entanto, as vezes, como os responsáveis não aderem as orientações ou mesmo quando existe dificuldade na oferta de alguns serviços, os responsáveis permanecem com os mesmos problemas que ocasionaram o acolhimento. Assim, a equipe se inclina a reiniciar o processo de reinserção, essa persistência em reinserir o acolhido na sua família de origem ou a extensa quando não produz um efeito positivo restringe a expectativa de adoção do acolhido. Deste modo, é fundamental fazer uma avaliação criteriosa acerca das chances de adesão dos responsáveis nos serviços e programas, bem como, a motivação deles para o retorno do acolhido.

Destaca-se a necessidade de findarem as especialidades no acolhimento no município de Aracaju, com o objetivo de proporcionar a preservação dos vínculos afetivos entre os irmãos, considerando que Aracaju é o único município que permanece com a divisão por sexo e faixa etária nos acolhimentos, destoando, do que é previsto pelo Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional, de acordo com o PNCFC. Nessa perspectiva, a convivência entre irmãos acolhidos possibilitará, durante o processo de institucionalização, o acréscimo de benefícios psicossociais,

tendo em vista que poderá auxiliar na construção de uma identidade compartilhada e de uma forte vinculação com um familiar mais próximo.

No que se refere aos funcionários dos SAIs, houve a predominância do sexo feminino, este dado pode estar relacionado ao fato de trabalhos voltados ao cuidado do outro ser mais praticado pelo sexo feminino. A maioria dos funcionários concluiu o Ensino Médio, o que pode ter relação com o cargo ocupado (cuidador). Os funcionários dos SAIs da grande Aracaju não chegam à meia-idade, a maioria esta na faixa etária entre 25 a 35 anos.

Nota-se um baixo índice de funcionários que tiveram algum treinamento antes de iniciar suas funções, o que pode dificultar o desenvolvimento de ações específicas que venham amenizar as condições de vulnerabilidade dos acolhidos, deste modo, assinala-se a necessidade de que os municípios invistam em capacitações iniciais e duráveis para que haja eficiência no serviço.

Outro fator importante refere-se ao alto índice de funcionários que nunca participaram de órgãos relacionados as políticas de defesa da criança e do adolescente, situação que pode interferir negativamente na prática deste funcionários pela ausência de conhecimento sobre as questões políticas e legais relacionadas as crianças e adolescente.

Os SAI's do interior estavam em acordo com o que é determinado pelo ECA e pelas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento no que se refere a parte estrutural dos serviços e sobre as estratégias de intervenção com a família visando a reinserção dos acolhidos. É notória a necessidade de melhoria na articulação da rede SGD, tendo em vista as consequências para o acolhido quando há entraves nesta rede, como a maior permanência em acolhimento.

Por fim, um aspecto que dificultou muito a análise dos dados da pesquisa foram as lacunas ou falhas no preenchimento dos prontuários sobre o acolhido e sua família, pois todos os dados contido nestes prontuários são fundamentais para pautar políticas públicas que visem diminuir os efeitos e os números de acolhimento.

APÊNDICES

APENDICE A - CARACTERÍSTICAS DA EQUIPE DA INSTITUIÇÃO

Local do SAI ()

Tipo de SAI: Instituição () Casa – Lar () Nº de ordem ()

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DA EQUIPE

1. Gênero: () M () F Data de nascimento: ____/____/____
2. Qual sua função na Instituição: _____
3. Há quanto tempo exerce a função: _____
4. Nível de instrução:
() Superior completo () Superior incompleto
() Ensino médio completo () Ensino médio incompleto
() Ensino fundamental completo () Ensino fundamental incompleto
() Não estudou () Não soube informar
5. Formação/profissão: _____
6. Fez algum treinamento ou curso específico para iniciar as atividades na Instituição:
() Não () Sim, Qual? _____
7. Já participou de alguma destas Instituições: (Pode marcar mais de uma opção)
() Conselho Tutelar () CMDCA
() Fórum DCA () Nenhuma
8. Já havia trabalhado, em outros locais, com crianças e adolescentes:
() Não () Sim, Onde? _____
9. O que lhe motivou a trabalhar na Instituição:
() Motivação religiosa () Motivação humanitária
() Motivação profissional () Designado (alheio a sua escolha)
() Convite () Outros _____
10. Carga horária de trabalho na Instituição (semanal): _____
11. Tipo de contrato:
() Estatutário () Prestação de Serviços por tempo determinado
() Cargo Comissionado () CLT
12. Trabalha em outro local:
() Não () Sim, Qual? _____
Carga horária Semanal: _____
Por qual motivo? _____
13. Renda familiar:
() Até 2 salários mínimos () Mais de 2 até 4 salários mínimos
() Mais de 4 até 10 salários mínimos () Mais de 10 a 20 salários mínimos
() Acima de 20 salários mínimos () Não soube informar
14. Possui casa: () própria () alugada
() cedida () outros _____
15. Sua casa é de: () alvenaria () madeira

- () taipa () outros _____
16. Situação conjugal:
() Solteiro(a) () Casado(a)
() Viúvo (a) () Divorciado(a)/Separado(a)
() União estável () Separado(a) não judicialmente
17. Tem filhos:
() Não () Sim, Quantos? _____

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DO(A) COORDENADOR(A)

18. Gênero: () M () F Data de nascimento: ____/____/____
19. É o guardião legal dos acolhidos:
() Não () Sim
20. Há quanto tempo exerce a função de coordenação: _____
21. Nível de instrução:
() Superior completo () Superior incompleto
() Ensino médio completo () Ensino médio incompleto
() Ensino fundamental I completo () Ensino fundamental I incompleto
() Ensino fundamental II completo () Ensino fundamental II incompleto
() Não estudou () Não soube informar
22. Formação/profissão: _____
23. Fez algum treinamento ou curso específico para iniciar as atividades na Instituição:
() Não () Sim, Qual? _____
24. Já participou de alguma destas Instituições: (Pode marcar mais de uma opção)
() Conselho Tutelar () CMDCA
() Fórum DCA () Nenhuma
25. Já havia trabalhado, em outros locais, com crianças e adolescentes:
() Não () Sim, Onde? _____
26. O que lhe motivou a trabalhar na instituição:
() Motivação religiosa () Motivação humanitária
() Motivação profissional () Designado (alheio a sua escolha)
() Convite () Outros _____
27. Carga horária de trabalho na instituição (semanal): _____
28. Trabalha em outro local:
() Não () Sim, Qual? _____
Carga horária Semanal: _____
Por qual motivo? _____
29. Renda familiar:
() Até 2 salários mínimos () Mais de 2 até 4 salários mínimos
() Mais de 4 até 10 salários mínimos () Mais de 10 a 20 salários mínimos
() Acima de 20 salários mínimos () Não soube informar

30. Possui casa: () própria () alugada
() cedida () outros _____

31. Sua casa é de: () alvenaria () madeira
() taipa () outros _____

32. Situação conjugal:
() Solteiro(a) () Casado(a)
() Viúvo (a) () Divorciado(a)/Separado(a)
() União estável () Separado(a) não judicialmente

33. Tem filhos:
() Não () Sim, Quantos? _____

Data da coleta: ____/____/____

Assinatura do aplicador

APÊNDICE B - PERFIL DA INSTITUIÇÃO

Local do SAI ()

Tipo de SAI: Instituição () Casa – Lar ()

1. Registro no CMDCA: () Não () Sim, Qual? _____
2. Registro no CMAS: () Não () Sim, Qual? _____
3. Natureza da instituição: Municipal () Estadual () Federal () ONG ()
4. Forma de manutenção das despesas da instituição: (múltipla escolha)
() Convênio () Sócios () Eventos () Doações () Parcerias
5. Em caso de possuir algum convênio, com quem: (múltipla escolha)
Municipal () Estadual () Federal () Particular ()
6. Valor da receita em 2015: (média de um mês) _____
7. Valor das despesas em 2015: (média de um mês) _____
8. Custo ao mês de um acolhido (média de todos os gastos referentes a sua permanência):

9. Orientação/vinculação religiosa:
() Católica () Espírita () Evangélica () Não Possui Outra: _____
10. Quando a instituição começou a funcionar: ____/____/____ () Não sei
11. Tipo de serviço de acolhimento:
() Abrigo Municipal () Abrigo Regional
() Casa - Lar Municipal () Casa – Lar Regional
12. Capacidade: _____ Nº atual de acolhidos: _____
13. Há especialidade no atendimento:
() Não () Sim, tipo de especialidade: _____
14. Atualmente, possuem acolhidos com necessidades especiais:
() Não () Sim, facilidades e dificuldades com os mesmos: _____

15. Quem encaminha a grande parte dos acolhidos:
() Conselho Tutelar () Justiça [Comarca e Vara da Infância e Juventude]
() Não sei () Outros _____
16. A instituição está localizada em área: () Rural () Urbana
17. Sendo a área: () Residencial () Comercial
() Isolada () Outra _____
18. Existe identificação externa (placa) quanto a ser uma instituição de acolhimento:
() Não () Sim
19. São próximos ou de fácil acesso a instituição?
() Escola () Creche () Hospital

- | | | |
|--|-----------------------------------|---|
| ☐ Pontos de ônibus | ☐ Farmácia | ☐ Igreja |
| ☐ Comércio em geral | ☐ Praça | ☐ Quadra de esportes |
| ☐ Delegacia | ☐ UBS | ☐ Feira livre |

No que se refere ao imóvel (serve de base até a questão 30):

20. ☐ Próprio ☐ Alugado ☐ Cedido ☐ Outros _____
21. ☐ Térreo ☐ Sobrado ☐ Outros _____
22. Foi construído para servir como Acolhimento Institucional: ☐ Não ☐ Sim
23. Possui/está:
☐ Bom estado ☐ Necessitando de Reformas ☐ Espaço inadequado
24. A Ventilação é adequada: ☐ Não ☐ Sim
25. A iluminação é adequada: ☐ Não ☐ Sim
26. Apresenta condições de higiene adequada: ☐ Não ☐ Sim
27. Possui esgotamento sanitário: ☐ Não ☐ Sim, qual? _____
28. Apresenta condições de segurança para a equipe e acolhidos: ☐ Não ☐ Sim
29. Quantidade de cômodos:
☐ Dormitórios ☐ Banheiros ☐ Sala dos profissionais
☐ Sala de TV ☐ Sala de Estudos ☐ Refeitório
☐ Área de lazer ☐ Lavanderia ☐ Cozinha
☐ Dependência para os funcionários
30. Quantidade de acolhidos por dormitório: _____
31. Os acolhidos possuem objetos e roupas individuais: ☐ Não ☐ Sim
32. Há espaço individual para os acolhidos guardarem seus pertences: ☐ Não ☐ Sim
33. São de fácil acesso aos acolhidos: ☐ Não ☐ Sim
34. Há espelhos adaptados aos acolhidos: ☐ Não ☐ Sim
35. Os acolhidos apresentam hábitos de higiene: ☐ Não ☐ Sim

AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA O ACOLHIDO

Atividades e serviços ofertados aos acolhidos (serve de base até a questão 44):

36. Atividades educacionais: ☐ Não ☐ Sim, quais? _____
37. Atividades esportivas: ☐ Não ☐ Sim, quais? _____
38. Atividades culturais: ☐ Não ☐ Sim, quais? _____
39. Atividades religiosas: ☐ Não ☐ Sim, quais? _____
40. Atendimento social: ☐ Não ☐ Sim, qual? _____
41. Atendimento psicológico: ☐ Não ☐ Sim, qual? _____

42. Possui atendimento jurídico: () Não () Sim, qual? _____
43. Possui atendimento médico: () Não () Sim, qual? _____
44. Possui atendimento odontológico: () Não () Sim, qual? _____
45. Existe estratégia para um novo acolhimento na instituição:
() Não () Não sei () Sim () Sim, mas não conheço
46. Existe proposta pedagógica na instituição:
() Não () Não sei () Sim () Sim, mas não conheço
47. Existe organização da rotina dos acolhidos:
() Não () Não sei () Sim () Sim, mas não conheço
48. Existe organização de festividades ou comemorações para os acolhidos:
() Não () Não sei () Sim
49. Existe inserção dos acolhidos na comunidade:
() Não () Não sei () Sim

AÇÕES DESENVOLVIDAS COM A FAMÍLIA DO ACOLHIDO

Quanto às visitas a Instituição (serve de base até a questão 56):

50. Existem dias e horários determinados: () Não () Não sei () Sim
51. Existe a possibilidade de flexibilizar os horários de visitas: () Não () Não sei () Sim
52. Existe supervisão da equipe da Instituição durante as visitas: () Não () Não sei () Sim
53. Existe o registro documental das visitas: () Não () Não sei () Sim
54. A Instituição realiza algum trabalho com a família visando a reintegração familiar:
() Não () Não sei () Sim, qual? _____
55. Existe trabalho de preparação do acolhido para o desligamento institucional:
() Não () Não sei () Sim, qual? _____
56. Existem ações de incentivo a convivência com outras famílias:
() Não () Não sei () Sim, qual? _____

INTERLOCUÇÃO COM A REDE

Há diálogo com (serve de base até a questão 64):

57. CMDCA:
() Não () Não sei () Sim, como? _____
58. Conselho Tutelar:
() Não () Não sei () Sim, como? _____
59. Poder Judiciário:
() Não () Não sei () Sim, como? _____
60. Ministério Público:
() Não () Não sei () Sim, como? _____

61. Programas municipais da área da Assistência Social:
☐ Não ☐ Não sei ☐ Sim, quais? _____
62. Programas municipais das demais áreas (saúde, educação, cultura, etc.):
☐ Não ☐ Não sei ☐ Sim, quais? _____
63. Programas de ONGs:
☐ Não ☐ Não sei ☐ Sim, quais? _____
64. Encontra algum tipo de problemas na atuação em rede:
☐ Não ☐ Não sei ☐ Sim, quais? _____

RECURSOS HUMANOS DA INSTITUIÇÃO

65. Quadro de funcionários da Instituição:

Função	Quantidade	Tipo de contrato	Carga horária
Coordenador	M() F ()		
Assistente Social	M() F ()		
Psicólogo	M() F ()		
Pedagogo	M() F ()		
Estagiário	M() F ()		
Cuidador	M() F ()		
Auxiliar administrativo	M() F ()		
Auxiliar de serviços gerais	M() F ()		
Cozinheira	M() F ()		
Motorista	M() F ()		
Vigia	M() F ()		
Voluntário	M() F ()		
Outro (especificar)	M() F ()		

66. Se houver voluntários, informe se a Instituição faz o controle destes:
☐ Não ☐ Sim, como? _____
67. Existe algum programa de capacitação da equipe da Instituição:
☐ Não ☐ Sim, quais? _____

Data da coleta: ____/____/____

 Assinatura do aplicador

APÊNDICE C - PERFIL DOS ACOLHIDOS NA INSTITUIÇÃO E DE SUA FAMÍLIA DE ORIGEM

Local do SAI ()

Tipo de SAI: Instituição () Casa – Lar () Nº de ordem ()

IDENTIFICAÇÃO DO(A) ACOLHIDO(A):

Data de Nascimento: __/__/____

Admissão na Instituição: __/__/____ Saída da Instituição: __/__/____

Município de Procedência: _____

Irmãos Acolhidos Institucionalmente? Sim () Não () Qual Instituição: _____

1. Quanto a gênero, cor e escolaridade:

Gênero	Masculino () Feminino ()
---------------	----------------------------

Cor	Branco () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena ()
------------	---

Escolaridade	☐ Não está matriculado ☐ Creche ou pré-escola ☐ Ensino fund. incompleto ☐ Ensino fund. completo ☐ Ensino médio incompleto ☐ Ensino médio completo ☐ Não soube informar
---------------------	--

2. Quanto ao motivo do Acolhimento Institucional:

Motivo da institucionalização	Agressão Física () Agressão Sexual () Negligência () Abandono () Abandono Material () Sem informações () Exposição à situação de risco e vulnerabilidade () Outros ()
--------------------------------------	--

3. Quanto à vinculação familiar do acolhido:

Situação familiar	Tem família e vínculo () Tem família, mas sem vínculo () Família não encontrada () Sem família(órfão)() Família impedida judicialmente de manter contato () Sem informações () Outros ()
--------------------------	---

4. Possui número do processo de acolhimento: _____

5. Está apto(a) a adoção: () Não () Sim

IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA DO(A) ACOLHIDO(A):

Família	Mãe	Pai	Responsável (grau de parentesco)
Nome (iniciais)			
Idade	() anos () não consta	() anos () não consta	() anos () não consta
Cor	() Branco () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena	() Branco () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena	() Branco () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena
Religião	() católica () espírita () evangélica () não possui () outra:	() católica () espírita () evangélica () não possui () outra:	() católica () espírita () evangélica () não possui () outra:
Estado Civil	() casado () solteiro () viúvo () separado () amasiado () divorciado () não consta	() casado () solteiro () viúvo () separado () amasiado () divorciado () não consta	() casado () solteiro () viúvo () separado () amasiado () divorciado () não consta
Escolaridade	() nunca foi a escola () ens. fund. Incom. () ens. fund. comp. () ens. médio Incom. () ens. médio comp.	() nunca foi a escola () ens. fund. Incom. () ens. fund. comp. () ens. médio Incom. () ens. médio comp.	() nunca foi a escola () ens. fund. Incom. () ens. fund. comp. () ens. médio Incom. () ens. médio comp.
Endereço	Bairro: Cidade:	Bairro: Cidade:	Bairro: Cidade:
Cidade de origem			
Habitação	() própria () alugada () cedida () ocupada () morador de rua () financiada () outros	() própria () alugada () cedida () ocupada () morador de rua () financiada () outros	() própria () alugada () cedida () ocupada () morador de rua () financiada () outros
Profissão/ Atividade	() não consta	() não consta	() não consta
Renda mensal	() sem renda () $\frac{1}{2}$ a 1 salário () 1 a 2 salários	() sem renda () $\frac{1}{2}$ a 1 salário () 1 a 2 salários	() sem renda () $\frac{1}{2}$ a 1 salário () 1 a 2 salários

	() 2 a 3 salários () não consta	() 2 a 3 salários () não consta	() 2 a 3 salários () não consta
Grupo familiar (atual)	() sozinho () Espos/comp. () família de origem () outros familiares () amigos () outros	() sozinho () Espos/comp. () família de origem () outros familiares () amigos () outros	() sozinho () Espos/comp. () família de origem () outros familiares () amigos () outros
Quantidade de filhos	() total () da união atual () de outras uniões	() total () da união atual () de outras uniões	() total () da união atual () de outras uniões
Primeiro acolhimento de filhos?	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Dificuldades relatadas que levaram ao acolhimento	() probl. financeiros () alcoolismo () drogadição () conflitos famil. () violência () negligencia () outros	() probl. financeiros () alcoolismo () drogadição () conflitos famil. () violência () negligencia () outros	() probl. financeiros () alcoolismo () drogadição () conflitos famil. () violência () negligencia () outros
Intervenções efetuadas	() inclusão em programas de transferência de renda () inclusão em programas de acompanhamento familiar () tratamento alcoolismo () tratamento drogadição () atendimento psiquiátrico () atendimento psicológico () outros	() inclusão em programas de transferência de renda () inclusão em programas de acompanhamento familiar () tratamento alcoolismo () tratamento drogadição () atendimento psiquiátrico () atendimento psicológico () outros	() inclusão em programas de transferência de renda () inclusão em programas de acompanhamento familiar () tratamento alcoolismo () tratamento drogadição () atendimento psiquiátrico () atendimento psicológico () outros
Tem participação?	Não () Sim ()	Não () Sim ()	Não () Sim ()
Avaliação da Instituição da participação	() Boa () Regular () Ruim	() Boa () Regular () Ruim	() Boa () Regular () Ruim
Visita ao acolhido?	Não () Sim ()	Não () Sim ()	Não () Sim ()
Frequência das visitas	() Semanal () Mais de 2 vzs/ semana () Mensal	() Semanal () Mais de 2 vzs/ semana () Mensal	() Semanal () Mais de 2 vzs/ semana () Mensal

	()Esporadicamente	()Esporadicamente	()Esporadicamente
Tipo de interação com o acolhido	() Boa () Regular () Ruim	() Boa () Regular () Ruim	() Boa () Regular () Ruim

Data da coleta: ____/____/____

Assinatura do pesquisador

ANEXO

ANEXO I - COMPROVANTE DE SUBMISSÃO



Capa > Usuário > Autor > **Submissões Ativas**

Submissões Ativas

ATIVO ARQUIVO

ID	MM-DD ENVIADO	SEÇÃO	AUTORES	TÍTULO	SITUAÇÃO
35196	02-02	PSICOL	Santos	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACOHIMENTO INSTITUCIONAL...	Aguardando designação
1 a 1 de 1 itens					

Iniciar nova submissão

[CLIQUE AQUI](#) para iniciar os cinco passos do processo de submissão.

ISSN 1679-7361 (impresso) e ISSN 1807-8656 (on-line) e-mail: actahuman@uem.br

Indexada em:





PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS E USUÁRIOS DE MEDIDAS PROTETIVAS E SOCIOEDUCATIVAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SERGIPE

Pesquisador: Marlizete Maldonado Vargas

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 50598515.7.0000.5371

Instituição Proponente: INSTITUTO DE TECNOLOGIA E PESQUISA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.611.766

Apresentação do Projeto:

O processo de mudança de paradigmas quanto à assistência à infância e adolescência em nosso país começou a ser implantado com o ECA. No entanto, após 21 anos de sua vigência ainda não se alcançou boa parte do que reza a lei e em especial quanto à imperiosa necessidade de participação de toda a sociedade através de movimentos sociais, das instituições acadêmicas e de pesquisa e extensão ao se implicarem articuladamente para pensar, legitimar e construir esse projeto de sociedade que não está dado e sim em processo. O Estatuto da Criança e do Adolescente é mais do que uma Lei, é um projeto de sociedade. Trata-se de um projeto guarda-chuva que tem por objetivo caracterizar projetos e usuários de medidas protetivas e socioeducativas em atendimento no Estado de Sergipe. Os objetivos específicos são: analisar as características dos serviços de acolhimento institucional (medidas protetivas) para crianças e adolescentes no Estado de Sergipe; caracterizar o perfil da criança e do adolescente institucionalizado em medida protetiva, situação familiar e processual, e processo de preparação para adoção; conhecer o perfil dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, quanto à raça / etnia, sexo/gênero, escolaridade, situação socioeconômica e familiar, ocupação, uso de substâncias psicoativas; analisar incidência e reincidência no sistema de medidas socioeducativas e o tipo de infração cometida pelos adolescentes assistidos na Fundação Renascer; verificar a relação entre fatores de risco e

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo

Bairro: Bairro Farolândia

CEP: 49.032-490

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3218-2206

Fax: (79)3218-2100

E-mail: cep@unit.br

Continuação do Parecer: 1.611.766

vulnerabilidade e o tipo de ato infracional do qual foram acusados os adolescentes; identificar potencialidades e fragilidades da rede de atendimento em relação ao que preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/ SINASE. A metodologia está dividida em três estudos, dois documentais e um levantamento tipo survey. As discussões fundamentadas principalmente no que preconiza o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/ SINASE, que estão ainda em fase de ajustes e implantação. O alcance dos objetivos desta pesquisa oferecerão um importante suporte para todos os operadores do direitos da criança e adolescentes em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, os gestores de instituições, bem como aos técnicos, funcionários e demais profissionais que compõem a rede de atendimento.

Objetivo da Pesquisa:

Geral: Caracterizar projetos e usuários de medidas protetivas e socioeducativas em atendimento no Estado de Sergipe.
Específicos: 1. Analisar as características dos serviços de acolhimento institucional (medidas protetivas) para crianças e adolescentes no Estado de Sergipe;
2. Caracterizar o perfil da criança e do adolescente institucionalizado em medida protetiva, situação familiar e processual, e processo de preparação para adoção.
3. Conhecer o perfil dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, quanto à raça / etnia, sexo/gênero, escolaridade, situação socioeconômica e familiar, ocupação, uso de substâncias psicoativas;
4. Analisar incidência e reincidência no sistema de medidas socioeducativas e o tipo de infração cometida pelos adolescentes assistidos na Fundação Renascer em 2015;
5. Verificar a relação entre fatores de risco e vulnerabilidade e o tipo de ato infracional do qual foram acusados os adolescentes;
6. Identificar potencialidades e fragilidades da rede de atendimento em relação ao que preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/ SINASE;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto de pesquisa apresenta as relações de riscos e benefícios de forma adequada, de acordo com a Resolução CNS nº466/12.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa com grande relevância científica para a área da Psicologia.

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo

Bairro: Bairro Farolândia

CEP: 49.032-490

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3218-2206

Fax: (79)3218-2100

E-mail: cep@unit.br

Continuação do Parecer: 1.611.766

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As documentações foram inseridas corretamente e encontram-se datadas e assinadas conforme as normas descritas na Resolução CNS nº 466/12.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações para este projeto de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP informa que de acordo com a Resolução CNS nº 466/12, Diretrizes e normas XI. 1 - A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais e XI. 2 - Cabe ao pesquisador: a) apresentar o protocolo devidamente instruído ao CEP ou à CONEP, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa; b) elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, quando necessário; c) desenvolver o projeto conforme delineado; d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final; e) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa; g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_567830.pdf	18/05/2016 13:55:03		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEREV.pdf	18/05/2016 13:54:37	Marlizete Maldonado Vargas	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CEP.pdf	26/10/2015 19:27:01	Marlizete Maldonado Vargas	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	pricila062.pdf	26/10/2015 19:21:52	Marlizete Maldonado Vargas	Aceito
Declaração de Pesquisadores	pricila061.pdf	26/10/2015 19:16:58	Marlizete Maldonado Vargas	Aceito
Folha de Rosto	FRadol15.pdf	26/10/2015	Marlizete	Aceito

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F – Térreo

Bairro: Bairro Farolândia

CEP: 49.032-490

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3218-2206

Fax: (79)3218-2100

E-mail: cep@unit.br

UNIVERSIDADE TIRADENTES - UNIT



Continuação do Parecer: 1.611.766

Folha de Rosto	FRad0115.pdf	18:25:28	Maldonado Vargas	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	decl_arq_priscila049.pdf	26/10/2015 17:47:28	Marlizete Maldonado Vargas	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	decl_inst_priscila2051.pdf	26/10/2015 17:46:37	Marlizete Maldonado Vargas	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	decl_arq_priscila2050.pdf	26/10/2015 17:45:45	Marlizete Maldonado Vargas	Aceito
Outros	APENDICE_D.docx	26/10/2015 15:09:14	Marlizete Maldonado Vargas	Aceito
Outros	APENDICECperfil_acolhidos.pdf	26/10/2015 14:50:22	Marlizete Maldonado Vargas	Aceito
Outros	APENDICE_B_perfil_da_instituicao.pdf	26/10/2015 14:22:48	Priscila Cardoso dos Santos	Aceito
Outros	APENDICE_A_dados_da_equipe_da_instituicao.pdf	26/10/2015 14:11:28	Priscila Cardoso dos Santos	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	decl_inst_priscila2053.pdf	24/10/2015 18:01:12	Priscila Cardoso dos Santos	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	decl_inst_priscila2052.pdf	24/10/2015 18:00:23	Priscila Cardoso dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 28 de Junho de 2016

Assinado por:
ADRIANA KARLA DE LIMA
(Coordenador)

Endereço: Campus Farolândia - Av. Murilo Dantas, 300 - DPE - Bloco F - Térreo
Bairro: Bairro Farolândia **CEP:** 49.032-490
UF: SE **Município:** ARACAJU
Telefone: (79)3218-2206 **Fax:** (79)3218-2100 **E-mail:** cep@unit.br